



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

17ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/2023

LOCAL: Teatro Paulo Eiró – Av. Adolfo Pinheiro, 765

DATA: 06-05-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, e com a presença dos Vereadores Rodrigo Goulart, Rubinho Nunes e Silvia da Bancada Feminista, declaro abertos os trabalhos da 22ª Audiência Pública de 2023, sendo esta a 17ª audiência pública sobre o PL 127/2023 – PDE, do Executivo – Ricardo Nunes, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu artigo 4º.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline e pelos canais do YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência pública vem sendo publicada desde o dia 05 de abril no *Diário Oficial da Cidade*, no dia 17 de abril no jornal *O Estado de S.Paulo*, no dia 08 de abril no jornal *Folha de S.Paulo* e no dia 05 de maio nos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para pronunciamentos podem ser feitas neste momento na secretaria da Comissão, à nossa esquerda. Os senhores que desejam se manifestar, basta dirigirem-se à nossa secretaria.

Passemos à pauta da 17ª audiência pública sobre o PL 127/2023. Tema: Regional Sul 3.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs.: Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Aline Torres, Secretária Municipal de Cultura; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito, representado pelo Sr. Álvaro Luiz De La Corte Machado, assessor; João Siqueira de Farias, Secretário Municipal de Habitação; Carlos Alberto Bezerra Júnior, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, representada pelo Sr. Felipe da Silva

Souza; Luís Felipe Miyabara, Subprefeito de Vila Mariana; Adnilson José de Almeida, Subprefeito do Ipiranga; Roberto Bonilha, Subprefeito de Jabaquara; Alan Eduardo do Amaral Sebastião, Subprefeito de Campo Limpo; Claudio Schefer Jimenez, Subprefeito de Capela do Socorro; Rogerio Balzano, Subprefeito de Cidade Ademar, nesta audiência representado pelo Sr. Júlio Cesar Ribeiro da Silva Filho, Chefe de Gabinete; João Paulo Lo Prete, Subprefeito de M'Boi Mirim; Marco Antonio Furchi, Subprefeito de Parelheiros; Thamyris Nagell Eloy Bernardo, Subprefeita de Santo Amaro; Dr. Marcos Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça Secretário Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Antônio Fiorentino Júnior, Defensor Público Geral.

Registro a presença da Sra. Heliana Artigiani, Coordenadora de Planejamento Urbano – Planurb, SMUL; do Sr. Felipe da Silva Souza, Assistente Administrativo de Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Patrícia Saran, Assessora de Participação Social da SMUL; Álvaro Luiz De La Corte Machado, assessor do Sr. Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito; Sr. Sérgio Branco, assessor do Vereador Adilson Amadeu.

Convido a Sra. Heliana Artigiani, Coordenadora de Planejamento Urbano – Planurb, de SMUL, para que faça a exposição sobre o PDE pelo Executivo. Muito obrigado pela presença. A senhora tem a palavra.

A SRA. HELIANA LOMBARDI ARTIGIANI – Bom dia. Como já fui apresentada, vamos fazer a apresentação do PL que foi encaminhado à Câmara, da revisão do Plano Diretor. Essa apresentação trouxemos para mostrar como foi a nossa última etapa do processo participativo, quais foram as principais contribuições que nós recebemos e as principais alterações em relação ao Plano Diretor vigente, que colocamos nessa nossa proposta.

- Oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. HELIANA LOMBARDI ARTIGIANI – Nessa introdução: a nossa linha do tempo desse nosso processo participativo de revisão; o próprio processo participativo, na etapa 3, como eu disse, os principais resultados; e o projeto de lei.

O Plano Diretor foi aprovado em 2014 e tem a vigência de 2014 a 2029. Ele já trazia, no seu texto, essa previsão de revisão, que estava marcada para 2021. Por conta da pandemia e tudo mais, nós conseguimos essa prorrogação, fizemos o processo participativo em 2022 e apresentamos agora, no início de 2023, o PL.

Essa revisão visa à realização de ajustes em dispositivos para suas diretrizes e objetivos estratégicos, que esses objetivos sejam alcançados até 2029. Então, ela visa a ajustes pequenos para que os objetivos, que já estão definidos na lei, consigam ser alcançados até 2029. Ele aconteceu de forma participativa, em três etapas sucessivas, possibilitando o necessário aprofundamento das análises técnicas para elaboração da proposta do projeto de lei encaminhado ao Legislativo.

Na nossa linha do tempo, como eu disse para vocês, esse projeto estava previsto para 2021. Mas, antes da revisão, nós, SMUL e principalmente Planurb, que é a Coordenadoria que eu represento, somos responsáveis pelo monitoramento das ações e da aplicação do Plano Diretor Estratégico. Então, tudo aquilo que foi feito desde 2014 em virtude da lei, Planurb tem a obrigação de monitorar e apresentar isso anualmente para a população de modo transparente, dentro da nossa plataforma digital.

Em 2021, utilizamos todas essas informações do monitoramento e fizemos um levantamento de tudo o que estava acontecendo na cidade em relação ao Plano Diretor, porque temos outras legislações correlatas, mas, exclusivamente sobre o Plano Diretor, fizemos esse documento, que era o monitoramento. A partir disso, em conversa com vários conselhos municipais, elaboramos também o nosso diagnóstico, que foi apresentado em abril de 2022. Então, levando em consideração tudo aquilo que tinha sido levantado de informação no monitoramento, fizemos as análises mais aprofundadas e trouxemos um diagnóstico com os problemas que nós verificamos em relação ao aplicado do Plano Diretor.

Esse diagnóstico foi apresentado para a população através dos canais de participação, como as oficinas, o Participe+ e as audiências públicas e reuniões; e, a partir disso, levando os problemas que levantamos, também ouvimos a população para que ela trouxesse os problemas que percebia na cidade. Isso tudo foi sistematizado; e, a partir desse material – tanto o nosso diagnóstico como as contribuições da população -, elaboramos um relatório, a que demos o nome de Escopo da Revisão.

Então, verificando o Plano Diretor, eu não vou mexer nos objetivos e diretrizes; ele tem um objetivo que precisa ser alcançado. Eu verifico quais são os problemas. A população me trouxe outros problemas. Fizemos um apanhado e dissemos assim: “Esse aqui é o que precisa ser mudado, isso é o que precisa ser mudado para conseguirmos alcançar o objetivo do Plano Diretor”. Apresentamos, tivemos um período de suspensão em virtude da acessibilidade da documentação digital. Foi até um período interessante, em que tivemos um avanço nessas questões. Conseguimos fazer com que todos os documentos ficassem acessíveis. Então, qualquer aparelho, principalmente computador, que tiver essas funcionalidades para deficiente auditivo, visual, hoje consegue, com os nossos documentos, ter essa leitura completa, abrangendo assim um maior contingente da população.

De novo, pegamos o nosso relatório, agora acessível, e levamos para os canais de participação – Participe+ e o formulário on-line, para poder ficar mais acessível, formulários físicos, reuniões com conselhos, agenda indígena e um seminário presencial. A partir disso, com todo esse material, com essa conversa com a população, nós elaboramos, com outras secretarias e órgãos que aplicam o Plano Diretor, um relatório temático e fizemos a primeira proposta de minuta da revisão do Plano Diretor.

De novo, isso foi para consulta pública através dos canais de participação no início da Etapa 3, que foi agora em janeiro: canais Participe+, formulário *on-line*, formulários físicos e as reuniões com os conselhos. De novo, sistematizamos tudo, verificamos aquilo que podia ser melhorado na minuta e apresentamos, então, o projeto de lei, que foi encaminhado para a Câmara Municipal, do qual estamos falando agora.

Essa Etapa 3 do processo participativo foi composta por 20 atividades participativas, compreendendo: uma consulta pública em meio eletrônico – Participe+ e formulário *on-line* -; três audiências públicas – presenciais e virtuais – e debates com os 16 conselhos municipais, totalizando 4.388 contribuições sistematizadas e analisadas. Então, nós tivemos um número muito maior de contribuições. Aquilo que está totalmente relacionado com o Plano Diretor e que ainda conseguiu sistematizar e analisar fora 4.388.

Aqui nós temos um gráfico com as informações principalmente do que recebemos mais, onde houve mais participação: o formulário *on-line* e o Participe+, que são plataformas digitais.

Nesse *slide*, temos o gráfico das contribuições já visualizando o PL. Então, o PL já estava distribuído em artigos naquela ocasião. Essa era a numeração dos artigos. Hoje, se olharmos, a numeração mudou um pouquinho porque teve inserção de novos artigos no PL da revisão. Os artigos que mais tiveram contribuições foram: artigo 15, que fala das áreas não computáveis nos eixos, vagas de garagem; artigo 24, referente à cota de solidariedade, relacionado principalmente à Habitação de Interesse Social; alguma coisa relacionada com participação social; e muita coisa relacionada com aquilo que utilizamos de instrumento para licenciar construção na cidade.

- Manifestação no recinto.

A SRA. HELIANA LOMBARDI ARTIGIANI – Não, se a senhora quiser, eu leio.

- Manifestação no recinto.

A SRA. HELIANA LOMBARDI ARTIGIANI – Então, eu vou ler para a senhora. Os que tiveram mais contribuições são: áreas não computáveis nos eixos, as vagas; o artigo 24, cota de solidariedade; os anexos I e II: alterações nos fatores sociais e fatores de planejamento; artigo 49: composição da CPMU, que está relacionado principalmente à participação social; artigo 10º: majoração do coeficiente de aproveitamento máximo para ZEIS nos eixos; artigos 31 e 34: instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana; artigo 45: Plano Municipal de Rotas Acessíveis; e artigo 50: Conselho Gestor de ZEIS.

Então, esses aqui são os artigos que, na minuta que foi apresentada, mais tiveram contribuições. Hoje, temos uma numeração diferente e talvez outras propostas em relação a isso, que é o que eu vou apresentar daqui a pouco.

Continuando no processo participativo, temos aqui não por artigos, mas por temas. Talvez seja mais relevante essa informação do que a anterior. Diz respeito a quantas contribuições foram recebidas para os 10 subtemas com mais contribuições, incluindo as questões de áreas verdes, eixos de estruturação urbana, participação social, instrumentos de ordenação e reestruturação urbana, e outros.

Então, além daqueles artigos que já estavam definidos na minuta, a população pôde contribuir com outros assuntos que não estavam relacionados na minuta, mas que estavam relacionados com o tema do Plano Diretor. Então, aqui mostra que onde tivemos mais contribuição foi em áreas verdes e o quadro 7, onde está o quadro de parques da cidade; e os eixos de estruturação urbana, que, na verdade, é um dos elementos estruturantes do Plano Diretor.

Então, a partir dessas informações que foram sistematizadas nessa última etapa, fazendo um resumo, tínhamos um diagnóstico; elaboramos um escopo da revisão - tudo isso apresentando para a população -; fizemos uma análise técnica e trabalho intersetorial. Então, todo o trabalho que foi realizado, além de ouvir a população, foram ouvidas as outras secretarias e trabalhado em conjunto. A elaboração dessa primeira minuta, que eu mostrei para vocês o resultado agora, e a elaboração do PL, que é esse que foi encaminhado para a Câmara.

Então, ao todo, esse PL tem 75 artigos e é dividido em 12 capítulos. E, como podemos ver na imagem, essa estrutura na verdade é um esqueleto do que é o Plano Diretor hoje. Então, nós temos 5 títulos. Vou ler para vocês. Não vou ler todos os capítulos, mas isso é o que temos hoje, vigente. Título 1 – Da Abrangência, Dos Conceitos, Princípios e Objetivos. Título 2 – Da Ordenação Territorial. Título 3 – Da Política e dos Sistemas Urbanos e Ambientais. Título 4 – Da Gestão Democrática e do Sistema Municipal de Planejamento. Título 5 – Das Disposições Transitórias. Então, nosso PL vem com ajustes em alguns capítulos dentro desses

títulos. Não tem um novo Plano Diretor, mas ajustes pontuais nesses temas que veremos na próxima imagem.

Nesse *slide*, estão todos os principais itens que nós alteramos dentro do PL. Vou explicar cada um deles. Mas conseguimos perceber ajustes pontuais, como dissemos. O PL tem 75 artigos, e nosso Plano Diretor tem mais de 380 artigos. Então, são pequenos ajustes mesmo para fazer com que essa lei funcione. Não é uma nova lei, com mudança total de objetivos e diretrizes.

Um dos assuntos bastante importantes que trouxemos foi em relação às ZEIS: regulamentar procedimentos dos conselhos gestores de ZEIS. ZEIS são as Zonas Especiais de Interesse Social, são as áreas da cidade onde está definido que se deve construir Habitação de Interesse Social, que é aquela habitação destinada à população de baixa renda. ZEIS são áreas do território destinadas à construção dessas habitações. Aqui está prevista a melhoria da regulamentação desses conselhos gestores – que são atores importantes nessas ZEIS. Propusemos também ajustes em relação aos empreendimentos em ZEIS que estão localizados dentro desse eixo de estruturação. Como eu já falei, os eixos são elementos estruturantes do Plano Diretor, são as localidades da cidade onde se pode construir mais, onde se pode ter mais adensamento tanto construtivo como populacional. As ZEIS, que estão inseridas nesses territórios, continuavam com essa possibilidade de construir até quatro vezes a área do terreno. Estamos propondo que se possa construir mais 50%; ou seja, mais moradia popular nessas regiões próximas dos eixos, que, na verdade, são os eixos de transporte de alta capacidade. Essas são as duas principais mudanças em ZEIS.

Habitação de Interesse Social. Estamos propondo um aprimoramento do controle da destinação. Então, além de construir mais moradia, de essa moradia estar mais bem localizada, estamos propondo que essa habitação chegue realmente, que tenhamos certeza de que vai chegar a quem precisa.

ZEPEC. Inclusão entre os objetivos da zona: proteção específica para áreas indígenas demarcadas, bem como lugares históricos e culturais da população negra em prol do

reconhecimento e preservação dos respectivos modos de vida e patrimônio cultural. Então, essa foi uma demanda bastante grande do processo participativo, e nós incluímos que é necessária essa proteção, através de Zepec, também dessas áreas.

Os Eixos de Estruturação Urbana, como eu já disse, é onde temos o eixo de transporte de alta capacidade, ele foi planejado em 2014, e à medida que esse planejamento precisa ser ajustado, como já estava definido na lei, estamos prevendo, aqui, formas de que esse ajuste não interfira nas outras questões de forma muito impactante; nas outras questões que estão relacionadas com isso, conforme eu falei sobre o adensamento construtivo e populacional. Trouxemos regras para ajustar.

Instrumentos de Política Urbana e Gestão Ambiental, a inclusão de conceitos de Plano Nacional de Adaptação e Mudança do Clima na utilização para efetivação dos princípios e objetivos do Plano Diretor. Então, aquilo que está no Plano Diretor tem de ser também olhado de acordo com o esse plano nacional de adaptação e mudanças climáticas.

Os Instrumentos de Função Indutores da Função Social da Propriedade, estamos propondo a inclusão de um novo instrumento que é a Desapropriação por Hasta Pública, que nada mais é do que a desapropriação por leilão. Então, além daquilo que já está previsto na lei, que é a desapropriação com os títulos da dívida pública - que é um procedimento bastante complexo e burocrático - estamos trazendo essa possibilidade de fazer essa desapropriação por hasta pública e envolvendo o privado na aquisição desses imóveis, e, claro, para ser dada a função social.

Consórcio Imobiliário também está relacionado com a função social da propriedade. Ele ainda não foi regulamentado. Existia uma diferença entre o que está no Plano Diretor e o que está no Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade teve uma adaptação, uma atualização e o Plano Diretor estava com o texto antigo. Então, fizemos esse aprimoramento, principalmente pensando na viabilidade do instrumento.

A Cota de Solidariedade é uma obrigação que, empreendimentos com mais de 20 mil metros quadrados de área construída, eles têm de oferecer, ou HIS, dessa moradia para

habitação de interesse social também no seu empreendimento, ou doação de terreno para produção de HIS, ou a doação de recursos para o Fundurb. Então, o que fizemos foi uma calibragem no sentido de que, se o empreendedor doar para o Fundurb, ou doar o terreno, o valor que ele vai ser obrigado a doar vai ser um pouco maior. Era de 10%, nós aumentamos para 20%.

A Outorga Onerosa do Direito de Construir. É um valor que o proprietário construtor, se ele quiser construir mais do que é permitido no terreno dele - hoje na cidade, temos um Coeficiente de Aproveitamento de uma vez a área do terreno -, como eu disse, se ele quiser construir quatro vezes a área do terreno, ele tem de pagar essa diferença. Então, é um requisito da lei. E daí estamos fazendo também ajustes, principalmente, em relação a como é que vamos atualizar esse valor, estava previsto na lei de forma que tinha um pequeno erro, mas já corrigimos, e como essa correção será feita, ao longo dos anos, para não ficar muito dispare dos preços dos imóveis e tudo o mais.

A Transferência do Direito de Construir. É a possibilidade de a Prefeitura emitir um certificado de potencial construtivo que, na verdade, dá o direito ao proprietário, ao possuidor desse título, a que essa construção de metros quadrados adicionais, - e isso seria de forma, ou utilizada para preservação de imóvel cultural, ou no caso dos parques - que é o caso que estamos falando aqui, o proprietário tem uma área que é destinada a parque e ela doa essa área para a Prefeitura e recebe esse Certificado de Potencial Construtivo. Então, o que fizemos foram ajustes, principalmente, a essas áreas que são passíveis de receber esse TDC, que estão no Quadro 7.

Instrumento de Ordenamento e Reestruturação Urbana. Aqui tem uma questão bastante técnica, que é a inclusão do reordenamento urbanístico integrado, é uma regra que vem, principalmente, para ajudar naqueles empreendimentos e naqueles terrenos que não têm um desenho muito fácil de empreender, ou que, se houver necessidade, de passar uma rua ou algo tipo, esse instrumento vem para regular e resolver esses problemas. Então, essa é uma das coisas que veio em relação aos instrumentos de ordenamento e estruturação urbana. E a

Conceituação dos PIUs. Cria, então, duas modalidades de ordenamento e de reestruturação e um PIU de Zona de Ocupação Especial.

As Operações Urbanas Consorciadas e as Áreas de Intervenção Urbana, o que fizemos foi aumentar a destinação do recurso que é recolhido por essas ações, de 25% para 30% ser utilizado em Habitação de Interesse Social. Então, dentro de uma Operação Urbana, tudo aquilo que foi recolhido, 25% é destinado para produção de Habitação de Interesse Social. Hoje, estamos propondo que seja aumentado para 30%.

Instrumentos de Gestão Ambiental. É a inclusão de lei específica que definirá critérios de avaliação de EIV-RIV - Estudo de Impacto de Vizinhança para empreendimentos e atividades de intervenções urbanísticas em imóveis localizados às divisas de terras indígenas demarcadas; e a inclusão do Estudo Ambiental Simplificado para empreendimentos e atividades de baixo potencial. Também é questão legal essa última, mas o EIV-RIV é bastante importante nessas áreas demarcadas como indígenas, porque precisa ser olhado aquele território antes de liberar e licenciar qualquer tipo de atividade.

Instrumentos de Regularização Fundiária, inclusão da remissão ao marco legal da Reurb, no Plano Diretor.

Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável. Fizemos um ajuste principalmente visando a simplificação da lei. Temos, hoje, perímetros de incentivo ao desenvolvimento econômico e polo estratégico de desenvolvimento econômico, os dois com áreas similares ou sobrepostas. Então, o que estamos fazendo é tirando o regramento de perímetro e incluindo tudo isso no rol do polo de desenvolvimento econômico, para simplificar a aplicação. Vai ter o mesmo perímetro, uma mesma regra, que também foi uma questão que vimos que teve pouco resultado do Plano Diretor até hoje.

Para o Sistema de Infraestrutura, complementação dos critérios para admissão dos equipamentos de infraestrutura em qualquer das macroáreas em zonas de uso, mantida a exceção de preservação da macroárea dos ecossistemas naturais. Então, também para facilitar a implantação de infraestrutura na cidade.

Política de Sistema de Saneamento Ambiental, Remissão ao Marco Legal de Saneamento Básico e a Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas, com indicação das ações prioritárias, e priorização da adoção de soluções baseadas na natureza.

Política de Sistema de Mobilidade, inclusão da previsão da elaboração do Plano Municipal de Rotas Acessíveis e inclusão da elaboração de Plano Municipal de Transporte Hidroviário. Também e principalmente em rotas acessíveis, a questão veio bastante do processo participativo.

Ações Prioritárias do Sapavel. O Sapavel é um sistema de áreas verdes e áreas livres da cidade. Atualização da redação com inclusão de tipologias de parques e sistemas; previsão da integração dos parques lineares propostos que forem implantados; redefinição do Fundo Municipal de Parques.

Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais e respectivas ações, é a inclusão dos indígenas dentro dos grupos de proteção integrais prioritários; previsão da elaboração de planos setoriais abrangendo: atendimento especializado em saúde, educação indígena nas áreas da cidade com maior concentração dessa população. Inclusão da previsão de elaboração de plano de educação ambiental; ampliação das redes de CRAS e CREAS; núcleos olímpicos regionais; casas de agricultura ecológica; hortas urbanas associadas a programas de segurança alimentar; agroecologia e geração de renda.

Gestão Democrática. Atualização do C MPU. Como eu disse para vocês inclusão de um membro eleito dentro do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Existia um conselho com representante faltante, esse conselho foi extinto, então estamos sugerindo que seja colocado um representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Aprimoramento da Conceituação de Planos de Bairro e a sua integração no sistema de planejamento por meio, principalmente, dos planos de ação das subprefeituras.

Nas Disposições Finais e Transitórias, trouxemos essas definições dos parques urbanos propostos. Tivemos uma modificação dentro do Verde de como é que se enquadravam esses parques, então colocamos. (Pausa)

O que mais tem aqui que é bastante importante? Em relação ao artigo 77, fizemos a inclusão de diretriz para revisão de Lei de Uso e Ocupação do Solo para adequação do PDE, em especial para as zonas de eixo, com base nos estudos previstos nesse artigo, o 77, para eventuais ajustes, considerando as áreas envoltórias e bens tombados.

E a atualização, principalmente, dos Quadros: Quadro 1 com a indicação dos conceitos; inclusão do mapa 12 com as ações prioritárias; e as unidades de conservação existentes e propostas; e alguns artigos que foram revogados que nós imaginamos que, com os novos artigos, esses começam a ficar obsoletos.

Então, essa é a proposta que nós mandamos para a Câmara. Esse é o projeto de lei. Essa documentação toda que eu descrevi, aqui, está disponibilizada no Plano Diretor SP, no site da Prefeitura. Portanto, temos não só nossa documentação, como todas as contribuições do processo participativo estão elencadas, nominadas e sistematizadas. Também temos ali como é que avançamos nos estudos para chegar nessa proposta que estamos apresentando para vocês, hoje. Permanecemos à disposição e obrigada. (Palmas)

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Registro a presença do Sr. Leonardo Aparecido Machado da Silva, Assessor do Vereador Adilson Amadeu; Márcia de Souza, Coordenadora da Subprefeitura do Campo Limpo. Chamo a atenção da Sra. Rosângela Fernandes Pinto, a senhora esqueceu seu documento no registro, por favor retire conosco. Obrigado.

Registro a presença do Vereador Goulart, Luana, Sansão Pereira, já pergunto se querem fazer uso da palavra? (Pausa) As inscrições ainda estão abertas, as pessoas que desejarem se inscrever, procurem nossa assessoria, aqui à esquerda; já são 45 minutos de audiência pública, as entregas já estão encerradas.

Convido o Sr. Wesley Silvestre Rosa, da Oekoscientia, do Parque dos Búfalos, para que faça uso da palavra, da tribuna, à sua direita. Lembrando que a fala é de três minutos, improrrogáveis.

O SR. WESLEY SILVESTRE ROSA – Primeiro, quero registrar aqui uma fala contra a nossa apresentadora da minuta do PDE, que não foi um adiamento voluntário, foi um adiamento através da ação na Justiça Federal, que mandou, que determinou que a Prefeitura não fizesse as audiências no meio da pandemia, que é como vocês queriam fazer, tá bom?

Então, não foi um adiamento voluntário da parte de vocês; vocês queriam que nós não estivéssemos aqui, hoje, mas, graças à mobilização popular, estamos aqui para dizer quais são as ressalvas que devem ser feitas nesse plano diabólico do Prefeito Ricardo Nunes, que quer destruir a cidade de São Paulo com empreendimentos sem coeficientes de aproveitamento determinado, com adensamento exacerbado nas áreas dos eixos estruturais; com uma hidrovia sem estudos de impacto ambiental, uma hidrovia sobre um mar de lama fecal, com 20 metros de lama fecal ali na represa Billings; e sem prever, sem garantir a previsão de moradia, de fato, dentro de um plano diretor que deveria contemplar as populações que mais necessitam de habitação nessa cidade.

Então, essa audiência, por si só, é uma audiência mentirosa, ela deveria acontecer muito antes da elaboração da escrita do Plano Diretor. A Constituição Federal prevê que nós precisamos garantir na escrita a elaboração, junto com a sociedade civil. Essa audiência já veio pronta e temos de tentar corrigir os excerbos que a Prefeitura, na gestão Ricardo Nunes, está propondo para essa cidade.

Estou aqui para registrar nossa insatisfação no processo do Terminal Atracadouro da Billings, uma represa extremamente poluída, extremamente impossibilitada de receber qualquer tipo de intervenção, se não para garantir a preservação, mas o nosso Prefeito quer pegar a única área verde da Pedreira e fazer um terminal de ônibus, junto com o atracadouro, para as pessoas trafegarem num mar de lama fecal. São 20 metros de lama fecal, não tem estudo barimétrico, não tem estudo de profundidade.

Temos umas fotos que a outra companheira vai acabar trazendo para vocês, mas não tem estudo de profundidade da represa naquela região. Então, é importante registrar que esse projeto anunciando, muito antes de ser anunciado, deveria vir junto com estudos, com

apresentação de planejamento, o que vai ser feito, como vai ser feito, mas nada disso foi executado ou mostrado. Assim como não foi feito no Corredor Sabará, não foi feito na Mar Paulista, e não vai ser feito, de acordo com o que nós queremos, porque a cidade é da especulação imobiliária e não dos seus cidadãos, nos termos desse Prefeito que está aí. Se ele quisesse que nós participássemos, ele teria trazido a escrita do projeto para nós participarmos, e não é isso que está acontecendo. Estamos participando aqui de um processo que já veio pronto do Executivo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado pela contribuição.

Chamo a Sra. Firmina Shevchenko, Balneário Mar Paulista, Pedreira.

- Falas simultâneas ao microfone.

A SRA. FIRMINA SCHEVTCHENKO – Bom dia.

Sou moradora do Balneário Mar Paulista há 70 anos aproximadamente, mais de 70 anos. Minha família veio do pós-guerra para o Brasil. O meu avô, quando veio para o Brasil, não falava a língua portuguesa, ele era engenheiro e foi trabalhar num grupo de topografia na região.

Quando ele se abaixou para fazer o movimento para olhar o aparelho de topografia, a calça dele abriu, uma pessoa que trabalhava no grupo, uma mulher emprestou uma calça e ele trabalhou um mês com essa calça feminina, até receber o salário e poder comprar roupas para ele e para minha avó.

Ele se encantou pela região, aquilo era um paraíso, os peixes pulavam na represa. Ele comprou, com muito sacrifício, um terreno, onde hoje a nossa quinta geração - minha neta de 8 meses - vive.

Hoje, com muito pesar, vemos que, por falta de planejamento dos nossos dirigentes, aquele paraíso foi, aos poucos, sendo destruído. E agora, com esse novo projeto, estamos vendo que será totalmente destruído. Uma, porque vão fazer uma hidrovía, sendo que, baseado naquilo que o Wesley acabou de falar, é o único pedaço que temos na região que tem mata verde, que ainda tem macaquinhos, que tem tucanos. No meu quintal aparecem até corujas.

Outro dia, apareceram araras. De manhã, tem concerto de - não são periquitos, aqueles passarinhos pequenininhos – maritacas. À tarde é a mesma coisa. Aos poucos, a gente está vendo que isso tudo está sendo destruído.

O fato de pegar e beneficiar pessoas mais necessitadas não quer dizer que você tem que destruir aquilo que já tem. Acredito que a Prefeitura tem pessoas competentes para fazer um planejamento para construir bairros onde as pessoas possam viver de uma forma melhor, sem ter que prejudicar bairros consolidados, bairros que tem um perfil. Cada um de nós escolhe um bairro de acordo com o nosso perfil.

Por que a Prefeitura quando resolve abrir um novo bairro para as pessoas mais necessitadas, não faz um planejamento para levar a empresas para esses lugares? Para abrir negócios para essas pessoas que vão morar lá? Por que essas pessoas têm que atravessar em vez de três horas - estão dizendo - que vão levar duas horas e meia. Grande coisa.

Tenho certeza de que a Prefeitura tem pessoas competentes para rever esse projeto e que há alternativas para beneficiar essas pessoas porque nem elas mesmo estão muito satisfeitas com tudo isso.

Realmente, esperamos dos nossos dirigentes que votamos em vocês, nós votamos em vocês para que vocês beneficiem, para que vocês nos auxiliem para uma vida mais digna, para uma vida com mais qualidade e não para que destrua aquilo que construímos com tanto sacrifício. Sacrifício de gerações, aquilo que amamos, aquilo que temos e que é o mais importante que é o nosso teto.

Obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Helena.

Convido agora a Sra. Sandra Baltazar.

A SRA. SANDRA BALTAZAR – Bom dia.

Peço perdão porque eu não tenho o dom da oratória, mas quero dizer que também é com muita tristeza que estou diante de vocês, porque na região escolhida para o Terminal Mar

Paulista e para o trecho do atracadouro vocês vão prejudicar os moradores, toda a vida silvestre. Vou deixar a foto com vocês.

Estou muito nervosa, porque é triste você morar tantos anos na região, você plantar cada árvore que está lá e ver tudo destruído. Ao lado de onde eles querem fazer o terminal de ônibus, tem uma praça. O Sr. Rodrigo Goulart conhece. Não sei se os demais conhecem lá. É frequentado por todos da região. Pacientes do CAPS, o CAPS foi para lá porque é uma área tranquila. A periferia merece área verde, merece respirar um ar de qualidade também. As crianças do CCA da região, UBS, o Hora Certa, vocês vão prejudicar toda região.

Nunca vi isso. Para salvar, entre aspas, um distrito, prejudicar e destruir outro. Nós não somos contra o pessoal que mora lá no Grajaú e no Cocaia. Não somos contra, mas construam porque já tem no papel a Ponte das Gaivotas que já vai ajudar; vocês já vão duplicar a Ponte da Avon; vocês já vão duplicar a Jurubatuba. Vocês não precisam destruir a vida das pessoas, nem o meio ambiente.

Lá tem vida, lá é cheio de pau-brasil, jatobá, capivara está cheio, tucanos. Existem os idosos que estão lá na região. Tem gente que mora lá há mais de 60 anos. A maioria está lá com cadeira de rodas, porque é um bairro de gente idosa, balão de oxigênio. Essas pessoas vão recomeçar a vida como? Como que eles vão recomeçar a vida com 70, 75, 80 anos?

Quando a represa estiver seca, o pessoal de lá vai atravessar como? Que se invista em ônibus novos com qualidade, novas linhas, mais ônibus, ônibus que funcionem. É isso que a pessoa quer. A pessoa não quer ficar duas horas num ponto de ônibus. O que adianta ter o terminal de ônibus, se vocês vão continuar três horas esperando o ônibus sair? (Palmas).

Então, pedimos que vocês revejam isso, perguntem para as pessoas que moram no Cocaia se eles querem atravessar pelas águas sujas da Represa, porque quando ela começa a cheirar mal, as crianças ao redor e até os funcionários do mercado Barbosa passam mal e ninguém nunca fez nada. Façam o que ninguém nunca fez: revitalizem as margens da represa, limpem, salvem a Billings.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Sandra.

Agora, convido a Sra. Paula Oliveira Borghese, de Balneário Mar Paulista.

A SRA. PAULA OLIVEIRA BORGHESE – Bom dia a todos.

Assim como os meus companheiros, estou aqui hoje para representar os moradores do Balneário Mar Paulista, porque somos contra essa construção desse atracadouro, desse terminal de ônibus.

Não é que somos egoístas e que não queremos ajudar a população. O nosso questionamento é o local escolhido, porque vocês querem destruir uma área de mais de seis mil, mais de sete mil metros quadrados de área verde de preservação. Tem plantas nativas, animais nativos como sagui, tucano, jacu, tem pau-brasil, jatobá, tudo o que vocês podem imaginar.

Como que vocês fazem um projeto desse sem avisar os moradores, sem ter estudo? Como elas falaram, como vocês querem colocar barcos para a população atravessar numa represa que é completamente poluída, que é completamente cheia de lama, de mantos fecais, onde descartam esgoto? Não tem cabimento uma coisa dessa.

É muito revoltante morar lá a vida inteira, eu moro lá desde que eu nasci, os meus pais estão lá há mais de 40 anos. É muito revoltante cuidar de toda essa área e saber que todo sacrifício que tivemos, tudo que foi plantado, tudo que está lá, tudo que lutamos para preservar desde sempre vai ser destruído por um projeto que não tem o mínimo de estudo, que não tem o mínimo de informação. Vocês não nos informaram sobre nada. Isso é muito revoltante, muito revoltante.

Não tem um estudo. Vocês não nos avisaram, somos moradores e que estamos lá há tanto tempo. É uma coisa sem cabimento. Estou aqui para representar todas essas pessoas.

Como vocês querem destruir tudo isso? É a única área verde da região, a única. A única que lutamos tanto para preservar, para cuidar e vocês querem acabar com isso.

Então, deixo a minha pergunta. Qual vai ser a solução de vocês? Qual o cabimento que vocês vão tomar? Qual é a solução? Isso tem que ser repensado. Os estudos têm que ser refeitos. Vocês falam que é uma área que justamente por ser preservada, por ser uma área

verde, por ter espécies, por ter animais é uma área que não podemos mexer. No entanto, agora, vocês querem destruir isso tudo. Não tem lógica. Não tem lógica nenhuma. (Palmas).

Vocês mesmos nos incentivam a preservar, incentivam a cuidar e agora vocês podem destruir tudo. Isso é inaceitável.

Então, deixo o meu questionamento e eu pergunto: qual vai ser o cabimento? Qual vai ser a solução de vocês?

Obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Paula.

Convido agora a Sra. Fabiana Domingues Lisboa, munícipe.

A SRA. FABIANA DOMINGUES LISBOA – Bom dia.

A cidade que eu quero é uma cidade em que o Prefeito, os Vereadores e os políticos se preocupem conosco. Gente como a gente. Gente do povo. Que não priorizem pontes, obras, mas, sim, saúde, educação, moradia, meio ambiente, alimentação, idosos e crianças. Que construam laços com os moradores, derrubem os muros em busca de uma cidade inclusiva. Que a meta a ser alcançada seja o bem-estar maior do patrimônio de uma nação: seu povo.

Então, como moradora de Santo Amaro, seguem algumas sugestões para governar para o povo: reforma e ampliação da UBS Conde de Itu; assistência urgente a diversas famílias em situação de rua que estão nas laterais da Biblioteca Municipal Prefeito Prestes Maia; escolas municipais com ensino integral; práticas esportivas; curso de idiomas onde os alunos farão todas as refeições na escola; um plano de reforma e revitalização de parques, praças públicas, incluindo equipamentos de ginástica, especialmente para idosos e crianças; criação de um grande hospital na zona Sul, que será referência de saúde no Brasil para exames de rotina e cirurgias para minimizar as enormes filas; construção de casa de amparo para mulheres vítimas de violência - que neste momento uma mulher pode estar sendo vítima de feminicídio; reinserção delas no mercado de trabalho, inclusive fechando parcerias com empresas acolhedoras dando incentivo; construção de moradias populares, especialmente no Centro que tem apenas 4% da população negra e pobre de São Paulo; fiscalização constante dos grandes polos geradores de

ruído, como Transamérica Expo Center; construção e ampliação de um centro esportivo para crianças com danças, música e teatro na zona Sul; preservação e ampliação do Parque Burle Max e revitalização do Parque Severo Gomes; instalação de câmeras de monitoramento nas principais avenidas para educar os motoristas prevenindo acidentes; programa de amparo para moradores de rua, porque aquele edifício Wilton Paes, que caiu lá no Centro, o terreno cinco anos depois continua vazio. E, ontem, foi aprovado em Perdizes, um bairro nobre, um prédio de 42 andares da Cyrela. O que entendemos? É uma cidade para rico. Pobre aqui não tem vez. (Palmas).

Por fim, pela alteração do PIU 204/2018, Arco do Jurubatuba, trecho Santo Amaro. Já tinha sido, em 2018, acordado na Subprefeitura a alteração com o Prefeito Bruno Covas e não conseguimos alteração, que é mínima. Andamos todo dia, desde 2018, no globo da morte.

Por fim, lembro que o grande projeto de quem vai à urna ano que vem somos nós. Se não mudar... (Palmas), nós vamos fazer como para Governador: demite no primeiro turno e contrata quem for a favor do povo no segundo.

Muito obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Convido o Sr. Hog Scarpellini, do União Cupecê.

O SR. HOG MASSARETTO SCARPELLINI – Bom dia.

Cresci na beirada da Billings. Conheci a Billings bem mais limpa do que ela é hoje. Quem está lutando por ela está fazendo certo.

Vim falar de outro tema que é o Terminal Jardim Miriam. A Vereadora Silvia, na terça-feira, na Câmara, falou uma coisa muito interessante sobre vagas de carros. Eu ia falar outra coisa hoje, mas quando vim aqui fiquei pensando nesse ponto. O Terminal Jardim Miriam foi já empurrado quatro vezes e, agora, eles estão querendo colocá-lo pela quinta vez no bairro. Já viu que o povo não gostou da ideia quatro vezes. Não funcionou. A quinta vez não vai funcionar.

Para colocar esse Terminal lá, eles querem exterminar, basicamente, de cara, 400 empregos. Se queremos mobilidade na cidade, não queremos que as pessoas dependam de

carro e usem transporte público, como é que vamos eliminar o emprego dessas pessoas e colocá-las para trabalhar longe de casa? Não é mais fácil preservar o emprego e colocar a pessoa para trabalhar perto de casa e não depender nem do carro e nem do transporte público? Seria uma boa, não é?

Então, esta é a terceira vez nesta mesma semana que estou falando no microfone e a terceira vez falo a mesma coisa: o Terminal Jardim Miriam não encaixa no nosso bairro. Já temos um corredor de ônibus, onde não passa um ônibus. Para que precisamos de um terminal se não temos ônibus na região?

Então, quer fazer alguma coisa? Coloca o ônibus para rodar, coloca a coisa para funcionar. (Palmas).

Eu não vou me alongar muito hoje. Acho que não preciso nem dos três minutos padrão. O que eu quero é a atenção dos Vereadores. Quero que olhem para a população e vejam o que a população está pedindo de verdade. O Plano Diretor é muito bonito. A teoria é muito linda, só que na prática a cidade é assim: empurra o pobre lá para o fundo e bota os jardins bonitos lá no Centro da cidade. (Palmas).

Então, quem está aqui é povo. Precisamos de atenção. Levem emprego para a periferia.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. HOG MASSARETTO SCARPELLINI – Não. Tem bastante povo aqui. Vamos valorizar quem está aqui. (Palmas).

Rubinho, já tentei falar com seus assessores. Recebi um e-mail de retorno, mas não consegui sucesso. Vereador Goulart, já mandei e-mail também para o seu gabinete e não consegui retorno.

O SR. RODRIGO GOULART – Fala comigo na saída. Não tem problema.

O SR. HOG MASSARETTO SCARPELLINI – Falo contigo na saída com certeza.

Vereadora Silvia, ainda não incomodei seus assessores, mas agora vou começar a incomodá-los.

Obrigado, Vereadores e Vereadoras. Até logo, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Hog, obrigado.

Já de plano, queria pedir para o Lucas ou para Emily, meus assessores, para falarem com o senhor e já vão te dar uma resposta. Obrigado.

Queria convidar o Sr. Denilson Martini, munícipe, para suas ponderações.

O SR. DENILSON MARTINI – Bom dia a todos. Bom dia, Vereadores.

Estou aqui para pleitear uma readequação da quadra onde residio. Moro próximo ali ao polo de hospitais - da AACD; Hospital dos Olhos; o Santa Maggiore, que fica ali na região da 23 de maio com Ascendino Reis; ali próximo a AACD, bem próximo à AACD. Estou em uma quadra onde tem um prédio que ocupa 70% do quarteirão e eu não posso construir de acordo com o que o entorno pode, que é ZEU, que pode fazer a construção de até quatro vezes e também ter um pé direito acima de 48 metros de altura.

Diversas vezes já tentei até protocolar a minha solicitação de readequação. Vejo como uma oportunidade de crescimento também do meu entorno, porque já é ocupado por esse sistema de saúde, na verdade, de prédios.

Então, tentei algumas vezes através da internet. Não consegui protocolar isso. Já participei na terça-feira agora. Não sabia que tinha que me inscrever e aí eu não consegui falar. Vim hoje aqui.

A senhorita - que eu não sei o nome, ali - me auxiliou a protocolar isso pela internet para não ter que entregar pessoalmente. E essa é a minha solicitação. Gostaria de um estudo melhor para ver por que somente o meu terreno, que ele já é prejudicado pelo sol porque já tem um prédio no mesmo quarteirão que ocupa 70% da quadra. Queria só uma readequação para poder também ter os mesmos benefícios que o entorno já gera para a sociedade.

Muito obrigado a todos. Obrigado aos Vereadores e peço essa atenção, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Denilson.

O senhor trouxe uma fala que se refere não especificamente ao PDE, mas à Lei de Uso do Solo, que é o zoneamento. Uma demanda desta Comissão à Prefeitura foi que fosse enviado o quanto antes na Câmara, porque a sua fala é importante e complementar ao Plano Diretor. O Executivo demorou para que enviasse. Ontem à noite chegou o projeto até à Câmara. Ainda não tivemos tempo para nos debruçar, mas tão logo esteja votado o PDE, que a nossa expectativa seja até o final deste mês, começa a discussão com uma nova rodada de audiências públicas para discutir o zoneamento, e este tema vai entrar em pauta. E nós já estamos tomando nota para adiantar também. Muito obrigado.

Convido a Sra. Érica de Aquino Borges.

A SRA. ÉRICA DE AQUINO BORGES – Um bom dia a todos. Um bom dia a todos nós, moradores desta cidade maravilhosa que é São Paulo. Uma grande metrópole exige grandes desafios a serem vencidos.

Inicialmente, eu vou fugir um pouquinho da temática, mas é para aproveitar o ensejo. Eu sou moradora da Cidade Dutra e nós ansiamos... Trouxeram boas novas e nós ansiamos pela Unidade Básica de Atendimento de Saúde. Eu sou voluntária e apoio o Sistema Único de Saúde. Também boas novas com a duplicação da rua que vai ser a ponte, próxima à Praça Beijola. Isso são boas novas. Nós só precisamos de data de início e previsão de término dessa UBS.

Voltando à temática mobilidade, eu tenho uma experiência na aviação e eu posso dizer que apoio incondicionalmente os meus colegas do “Não Corredor Sabará” (Palmas). O que não está relacionado diretamente está correlacionado. Se você pegar esse munícipe que anseia pela mobilidade de chegar a outros pontos da nossa grande cidade, direcioná-lo para Miguel Yunes, como já foi sugerido, você vai entregar o mundo para esse munícipe. Por quê? Na Miguel Yunes, se ele descer na Estação Jurubatuba, se ele descer na Estação Socorro, se ele descer na Estação Terminal Santo Amaro, que também faz conexão CPTM, Metrô Linha Lilás, esse munícipe, com um simples documento, cartão de identidade, Registro Geral de Identidade, se ele quiser fazer Mercosul, desse trajeto da CPTM ele vai parar em Guarulhos. De Guarulhos, ele

faz América do Sul. Com passaporte, ele viaja praticamente o mundo. Está aqui o meu recado quanto à mobilidade.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Convido, agora, o Sr. João Batista Mariano, do Movimento Popular de Saúde Jabaquara.

O SR. JOÃO BATISTA MARIANO – Bom dia a todos e a todas.

Como foi dito, eu faço parte do Movimento Popular de Saúde do Jabaquara, mas também faço parte de outros movimentos populares.

Eu gostaria de falar a todos os Vereadores, principalmente ao Goulart, que nos vemos a atuação dele no território da Cidade Ademar.

Sou morador da Cidade Ademar há 54 anos, sou uma liderança há 35 anos e, desta vez, me excluíram desse Terminal Jardim Miriam. Não nos deixaram - não somente eu, mas a comunidade como um todo -, termos o prazer de discutir. Será que esse projeto não vai de encontro com o piscinão que eles querem esconder, que é ao lado do terminal? Um piscinão onde eles não fazem limpeza; não sai resíduo sólido lá dentro há oito anos. Não vemos tirarem um caminhão de resíduo, muito pelo contrário. O único caminhão que saiu de lá foi o rabeção, para tirar um corpo que encontraram lá dentro. Não fazem limpeza de uma praça grudada ao piscinão. Não sou contra morador de rua, pessoas em situação de rua, só que essa praça virou, agora, moradia para esse tipo de pessoa. E querem emendar tudo: primeiro a praça; depois o piscinão; depois o terminal de ônibus. O que será que tem por trás de tudo isso que a comunidade não pode saber? Não pode ter o interesse em saber no que vamos ser contemplados?

Eu faço um convite, Goulart, para que você vá lá, do mesmo jeito que você foi no começo do mês, com o Prefeito, na UBS Americanópolis, para ver a situação. Eu estava lá, mas não quis te incomodar. Mas hoje, como nós estamos em uma audiência pública, por favor, respeite esta pessoa com 66 anos: 54 anos de residência no local e 35 de liderança. Vá lá nos visitar. Eu faço questão de levar a comunidade e te apresentar à comunidade, porque nós vamos

dar a resposta depois, assim como nós demos para o Secretário de Saúde, que falava que fazia tanta coisa para a cidade de São Paulo. Ele ganhou a eleição? Não ganhou. Então, esse é o cuidado que vocês devem ter e prestar atenção nas pessoas que residem no local, ouvir as pessoas que moram no local, como eu, há 54 anos. Está aí um polo gerador de empregos, em que as pessoas vão perder os seus empregos. Por quê? A comunidade está aí e vai perder os seus empregos, porque são 400 empregos fora, sem contar as comunidades. Tem um prédio de quatro andares lá que falam que é irregular, depois de 40 anos vendidos, o pessoal pagando IPTU, pagando tudo e hoje não pode mais, então para colocarem o terminal de ônibus. Será que é polo gerador de empregos isso?

Obrigado, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. João Batista.

Convido o Sr. Eduardo de Carvalho, morador do Condomínio Sabará.

O SR. EDUARDO DE CARVALHO – Bom dia a todos.

Eu venho aqui na condição de morador do condomínio e também na condição de cidadão, professor. Tomei ciência dessa questão do Plano Diretor. Foi a partir desse movimento, e não do Corredor Sabará que, em um primeiro momento, eu confesso que pensei em não ser contra corredor de ônibus. Só que, ao estudar melhor o projeto, você observa que ninguém é contrário a um corredor e, sim, contrário ao fato de fazerem desapropriações, deixarem pessoas sem trabalho e, depois, você observa que isso também vem incluir a minha moradia – no caso, o meu condomínio. E o que acontece? Você entra pelo Geomaps e o que é muito interessante é que nós vemos três decretos sobre a área do meu condomínio. Um deles é o do Corredor Sabará. O outro é do Corredor Miguel Yunes. Um outro é de um equipamento público que, possivelmente, é um parque.

Nós temos, de certa forma, como somos um condomínio com umas três mil pessoas, nós temos até uma assessora do Prefeito. Nós já protocolamos o nosso ofício. Nós vamos ter conversas. Mas, assim, independente disso, eu ainda falei com os moradores que é importante a participação, a manifestação e, pelo menos, da minha parte, eu não vou dizer simplesmente

“Olha, se eu não tiver garantida a minha moradia, eu vou simplesmente abandonar o movimento”. De forma alguma. Inclusive, eu até chamo a atenção dos órgãos da Prefeitura, porque, enquanto professor, não existe nenhum material didático específico em relação ao Plano Diretor, em relação a questões de legislação. Nós temos de formar os cidadãos críticos, mas eu, enquanto professor, não vejo nada disso. Eu vi a importância... Comecei a fazer pesquisas. Vi o próprio *site* da Câmara Municipal. E quando somos professores e acumulamos cargos, o nosso trabalho é redobrado, de correr atrás da informação para levá-la ao aluno. Alguns moradores me falaram: “Cuidado. Você vai lá para a região do Parque Doroteia, Jardim Apurá. Alguns podem simplesmente questionar a sua camiseta”, como alguns até comentaram e eu expliquei, de fato, o que significava.

Então, eu encerro a minha fala e faço um alerta para que não pensemos apenas em nossos problemas, mas que também pensemos no coletivo e apoiemos as lutas, muito bonitas, como já foram relatadas.

Bom dia a todos, e é isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Eduardo.

Convido a Sra. Maria Edivânia de Sousa Pincer, da União Cupecê.

A SRA. MARIA EDIVÂNIA PINCERI – Bom dia a todos.

Eu sou da Cupecê. Estão querendo fazer um terminal lá e, assim, tirar os nossos empregos. São mais de 400 funcionários, trabalhadores, pais de família que dependem do emprego, e estão querendo nos deixar desempregados e, assim, tirar o nosso sustento.

Eu pago financiamento da minha casa. Minha filha também trabalha em um comércio no local e ela paga o estudo dela. Há uns dias, chegou um pai de família chorando: “Vou ficar desempregado”. Gente, isso é um desrespeito.

Eu só tenho uma coisa a falar: quando chega a eleição, são feitas muitas promessas e eu espero que elas sejam cumpridas.

O nosso sustento vem por meio do nosso emprego. Gente, nós não estamos dormindo. Filhos e pais estão se preocupando, entrando em depressão por causa dessa

situação. Eu só peço encarecidamente que se faça um novo estudo, porque, como já foi falado, este foi o quinto. Já é quinta vez que estão mudando, mudando, mudando e eu espero que lá não fique, porque o desrespeito está sendo muito grande. Na medida em que tiram o nosso emprego, tiram no nosso sustento. Em vez de gerarem emprego, estão gerando desemprego. Não para nos conformarmos com isso. Sem contar que também temos moradias lá, pessoas idosas. Chegou uma idosa, no comércio em que trabalho, e falou: “Meu Deus, onde vou comprar o meu remédio, o meu medicamento?”, porque lá tem farmácia, tem loja, tem padaria.

Pessoal, não dá para nos conformarmos com isso. Têm outros lugares, como já foi citado antes. Ficar sem o nosso emprego é tirar o nosso sustento, é tirar o prato da mesa. Isso não dá para nos conformarmos, não dá, não dá. Isso está nos trazendo tristeza, porque arrumar um emprego não é fácil. O que passa de pessoas entregando currículo, batendo de porta em porta pedindo emprego! Não dá para nos conformarmos.

Eu peço encarecidamente que avaliem, que façam um novo estudo, porque é muito fácil... Nem perguntaram. É uma falta de respeito. Nem perguntaram, não chegaram, não conversaram, não procuraram pessoas para conversar e perguntar o que achávamos. Simplesmente colocam um decreto e pronto e acabou. E não é bem assim. Eu acho que tem de ter um novo estudo, tem de rever, porque acham que é fácil tirar os empregos, os comércios e pronto. Não estão pensando em nós.

Então, eu peço para que pensem e que façam um novo estudo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigada, Sra. Maria Edivânia.

Convido agora o Sr. Fábio Lima, da União Cupecê.

O SR. FÁBIO LIMA – Bom dia a todos.

Eu trouxe até o papel que foi entregue pela equipe da Vereadora Sílvia: “Participação social ampla”. Qual participação ampla teve, na região da Cupecê, para se decidir, pela quinta vez em um local diferente, a fazer um terminal? Eu não deveria nem estar aqui. Por quê? Porque eu sou do Jardim Prudência. O terminal se chama Jardim Miriam. Está há dois quilômetros do

local correto, onde existe o primeiro projeto. De lá para cá, já mudaram por cinco vezes. São 400 pessoas, no mínimo, que perderão os seus empregos. Essas 400 pessoas, se tiveram cinco moradores em casa, são duas mil pessoas que agora estão sem saber o que vão comer quando vocês desapropriarem lá.

O Vereador Goulart, que é quem eu mais conheço de vocês e que é um representante grande da zona Sul, concordo com o meu amigo João, visite-nos. Um terminal que vai ser um museu em um local que não tem nexos para ser colocado. São dois quilômetros longe do ponto final dos ônibus. Aí, você vai trazer os ônibus para esse ponto final e quem mora lá, onde é o ponto final, terá de tomar lotação para ir para casa, no final da tarde, cansado?

Moradia digna. O pessoal que vai ser retirado das casas – e muitas não têm escritura – vai receber uma moradia digna da Prefeitura? Ou um auxílio de 400 reais para ficar se virando? Nunca. Só no Brasil.

“O povo decide”. O povo decide o quê? Vereadores, com toda a sinceridade, acredito que vocês não saíram de casa, antes das sete da manhã hoje, para virem aqui e não darem atenção, não darem ouvido para este povo, que é o mesmo povo que colocou vocês lá, o povo pelo qual vocês deveriam brigar. (Palmas)

Como bem falou a companheira, em relação em passar o barco por cima da represa. Gente, quem vai usar isso será a população, não serão os vereadores. Então, a população pode sentir o cheiro da represa. Os vereadores não. (Palmas)

Então, com todo o respeito, não é ameaça, de forma alguma, mas lembrem: o ano que vem tem eleição e nós vamos nos lembrar muito bem de quem está virando as costas para esse povo que precisa de vocês.

Muito obrigado (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Convido agora o Sr. Nilton de Oliveira, do Corredor Sabará.

O SR. NILTON DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Pessoal, pelo que eu tenho percebido, existem duas grandes vertentes que, em todas

as audiências públicas, nós percebemos na revisão desse Plano Diretor. Uma é desapropriação e a outra é desemprego, isso é comum em todas as audiências públicas em que fomos.

Então, quero dizer o seguinte, como morador da Sabará, quero propor, inclusive, para os Vereadores, que agora no segundo semestre vão discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento da Prefeitura para o ano que vem, peguem os recursos destinados para o corredor Sabará e coloquem lá no alargamento da M'Boi Mirim. Lá precisa, os trabalhadores do fundão ficam duas horas dentro de um ônibus até chegarem na primeira estação do Metrô. A Sabará, com uma urbanização bem-feita, com semáforos inteligentes, vai preservar empregos, não vai desapropriar ninguém. E é isso que eu como morador, é isso que nós como moradores e usuários do comércio da Av. Sabará estamos sugerindo e propondo.

Outra coisa é, já tivemos uma reunião *on-line*, nós do Condomínio Sabará, com o Secretário de Licenciamento Urbano. E passamos para ele em relação ao decreto de utilidade pública nº 59.222/2020, e ele pediu 10 dias de prazo para que pudesse nos responder do que se trata, o que a Prefeitura está propondo e por que o nosso Condomínio tem de ser desapropriado. Nós só temos uma resposta para dar, não aceitamos nenhum tipo de desapropriação. A nossa proposta é extinguir esse decreto ou modificá-lo e alterá-lo. O que queremos é emprego, é saúde, é educação e moradia digna para todos. É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Nilton. Convido agora o Sr. Luiz Cosme da Silva, morador da M'Boi Mirim, Vila do Sol.

O SR. LUIZ COSME DA SILVA – Bom dia a todos e a todas, quero parabenizar a Mesa, as Vereadoras e Vereadores, sou da região do fundão da M'Boi Mirim, o que o companheiro falou é uma realidade.

Minha esposa trabalha no Jardim São Luís, sai de casa às 7h para entrar no posto de saúde às 10h. Uma loucura. Quando chega a tarde são duas horas para chegar em casa a pé, vai até o Terminal Jardim Ângela e vai a pé, chega em casa às 21h. Sai às 7h, chega às 21h, 21h30. É um absurdo. Quero que a Secretaria dos Transportes reveja isso. Está sem ônibus na

região, está uma vergonha, um caos.

E outra coisa, em relação a M'Boi Mirim é um absurdo, pessoas que moram lá há 30 anos, a Prefeitura dizer que vai dar um auxílio aluguel de 400 reais, e tirar as casas das pessoas. Recebo muita reclamação da população em relação a isso. É um absurdo, a pessoa mora há 40 anos em um bairro, tirar as casas e deixar as pessoas com 400 reais. O que a pessoa aluga com 400 reais hoje em dia, Srs. Vereadores? Expliquem, eu gostaria de saber, porque é um absurdo.

Outra questão, queria que a Subprefeitura do M'Boi Mirim revisse a queimação de fios de cobre na região da M'Boi Mirim. Moro lá no fundão, todo dia de manhã é uma fumaceira na frente da UBS do Jardim Vera Cruz, a gente sai de dentro de casa, porque senão morre sufocado. E ninguém vê. A Polícia Militar acho que não vê, o pessoal da Cetesb, é uma vergonha. A região que moro é muito carente, está precisando de muitas coisas e gostaria muito de convidar até essa Vereadora, que já vi lá na periferia, faça uma visita na minha região, a degradação que está lá em relação ao meio ambiente. Coisas que eu não posso nem falar aqui no microfone, é um absurdo o que vejo lá onde moro. Se puder fazer uma visita, agradeço, Vereadora, para mostrar o descaso que tem na minha região.

É isso que tinha a dizer. Quero parabenizar aquele rapaz que falou sobre a M'Boi Mirim, está precisando alargar a M'Boi Mirim. Sou a favor de abrir a M'Boi Mirim, fazer o corredor de ônibus, mas que também tenha um olhar para os moradores que vão sair das suas casas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Luiz Cosme. Convido agora a Sra. Rosângela Vieira, moradora da Vila Andrade.

A SRA. ROSÂNGELA VIEIRA – Bom dia a todos, Mesa, sou Rosângela Vieira, sou da região da Vila Andrade, que está dentro da Subprefeitura do Campo Limpo, também faço parte do Cades do Campo Limpo e também represento o grupo da implantação do Parque Linear Itapaiúna, que é na região da Vila Andrade.

A Vila Andrade, basicamente, tem três distritos, Capão Redondo, Campo Limpo e Vila Andrade. É uma região de alta vulnerabilidade social, temos muitas comunidades. Para, em

torno de 650 mil habitantes, temos apenas cinco parques. No PDE estão previstos mais nove parques para serem implantados, mas temos uma morosidade na implantação desses parques, não existe um planejamento.

Então, na nossa região temos problema sério com ocupações irregulares, com muitas invasões. Estamos perdendo gradativamente as áreas, já tivemos parques que estavam no PDE e foram totalmente perdidos, temos parque que foi excluído por inviabilidade técnica, enfim, só vimos perdendo, perdendo cobertura vegetal na cidade. O Itapaiúna, por exemplo, um parque que eu também represento, desde 2009, pleiteamos pela implantação desse parque. É um parque extremamente importante, é linear, margeia todo o córrego Morumbi, importante afluente do grande Rio Pinheiros. E em um quilômetro conseguimos poluir o córrego que desagua no Rio Pinheiros, gastando milhões para a limpeza e não contribuimos com isso.

Então, só está sendo implantado porque entramos no Ministério Público. Hoje, se temos o plano de metas, acho que a meta 62, são oito parques em um período de quatro anos. Então, implantamos dois parques por ano, é uma meta extremamente simples. E as ocupações irregulares, a degradação do meio ambiente é muito mais acelerada do que isso. Precisamos urgente de um planejamento na implantação desses parques. Não dá mais para cometer esse erro. Desde 2014, foram implantados oito parques na cidade, é um número extremamente baixo.

Há outra meta que me chama bastante atenção, a meta de cobertura vegetal da cidade. É uma meta quantitativa, na verdade, porque fala: atingir mais de 50% de cobertura vegetal. Só que não tem uma classificação para o território, por exemplo, tem distrito na cidade que não tem parque. Se pegamos a média de uma região arborizada e uma menos, fala-se média, a Prefeitura está cumprindo a média. Não está. Tem de passar essa meta para as subprefeituras, tem de olhar esse território de forma a avaliar as necessidades de cada um.

Então, isso é muito sério, acho que o plano de metas não condiz, o Plano Diretor tem diretrizes macro, não tem a questão desse planejamento. E tem essa questão do plano de metas que, para mim, não reflete o que as subprefeituras estão fazendo. Você pega o relatório da Subprefeitura, cortam mais árvores do que plantam. Como atingimos uma meta de cobertura

vegetal? Não existe, não tem como.

Tivemos falas tão importantes do pessoal do Mar Paulista, de toda região, a região Sul está sofrendo muito com a degradação do meio ambiente. A região Sul é extremamente importante para nós, tem uma questão de preservação ambiental muito forte.

É isso, acho que precisamos olhar o Plano Diretor, traçar realmente um planejamento para implantar todos esses parques. Desses 168, implantamos só oito, agora temos 46, até 2029, minha pergunta é: como vão se implantar 146 parques até 2029, dois por ano. O que está acontecendo? Os parques começam a ser implantados pela ordem de quem grita mais. O meu parque, o Itapaiúna, meu grupo está aqui, entramos no Ministério Público. O Horto do Ipê, projeto de lei; Caboré, um projeto de lei que não entrou no PDE.

Então, quem grita mais consegue. E as áreas mais vulneráveis, como faz, como implanta?

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Rosângela. Sr. Oscar Lira, do CADES Campo Limpo.

O SR. OSCAR LIRA – Bom dia a todos. Vereadores, não adianta, vejo muita luta por moradia, é importante, precisamos ter as regularizações fundiárias nos territórios. É necessário fazer habitações populares, porém observamos que todas as áreas de São Paulo estão sendo destruídas pelas invasões. Todas.

Não é uma luta, prestem atenção, estamos ocupando tudo. Sou do Capão Redondo, Campo Limpo e represento também o pessoal da Vila Andrade, mas sou do Capão Redondo. Não temos mais parques lá, Vereadores, só sobraram Santo Dias e o Feitiço da Vila. As beiras de córregos foram todas ocupadas. Os parques, como o Horto do Ipê, estão sendo destruídos pelas beiradas. Temos uma ocupação que precisa ser feita a regularização fundiária correta, adequada, conforme a lei, porém as construções estão entrando para dentro da área do Parque. E não é um parque só, são todos. Observamos que dentro de São Paulo estamos priorizando a destruição de tudo o que tem de área verde. É necessário ter moradia mais adequada, pessoas

morando em beira de córrego, dentro de córrego, não é bom para ninguém. Não vai resolver a vida de vocês, de ninguém.

Então, o que peço para os Vereadores? Coloquem esses nove parques que o Cades briga, os nove parques na região Sul e mais os outros, e precisa ter uma coordenação para salvar essas áreas, porque o que já foi invadido tem de ser regularizado da forma fundiária correta. Porém, não dá mais para permitir que as pessoas invadam à mercê de lucro. Prestem atenção, vocês sabem disso, quem mora na periferia sabe, tem especulação imobiliária de alto padrão, construtoras, e tem também a especulação imobiliária das áreas verdes. Muita gente vai lá, vocês sabem disso, quem mora na periferia sabe disso, vai lá, faz o seu barraquinho, passam dois, três meses, ninguém fala nada, ninguém tira, desocupa. Daqui a pouco sobe uma construção de um, dois, três andares.

Um, dois, três andares, o metro quadrado de São Paulo construído na periferia está em torno de mil e quinhentos a dois mil reais. Então, ninguém constrói cem metros quadrados com menos de 150 mil reais. Como isso? Concordam ou não? As pessoas estão construindo. Tem de ter os movimentos de moradia, é importante, tem de ser feita a regularização, só que não dá para destruir todas as áreas verdes da periferia. Vocês vão ter casa no futuro, mas não vão ter uma área verde. Sabe o que vai acontecer? Vão ter de ir lá no Parque do Ibirapuera, no Parque Villa-Lobos. E no Capão Redondo, Campo Limpo, M'Boi Mirim, não vai ter nenhum parque para usufruir. É isso. Mar Paulista e outros, precisamos ter essa atenção.

Vereadores, pedimos foco nas áreas verdes que ainda existem. Não deixem tudo ser destruído, porque se destruir tudo, toda a população, e não vai ser a nossa geração, é a próxima geração que não vai ter área verde. Pensem nisso. Habitação é importante, tem de ter, tem de acontecer, tem de regularizar, tem de ser feitas novas habitações, só que área verde tem de ser preservada, pelo menos o que tem, que já não é quase nada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Oscar.

Convido agora a Sra. Mara Souza, da UMM.

A SRA. MARA SOUZA – Bom dia a todos e todas, à Mesa, anotei porque sempre volto para a cadeira com coisas que eu não falei.

É fundamental que as ZEIS, de fato, sejam para moradia popular. No começo, a Eliana leu, falou que está no PDE, depois queremos ver isso, de fato, escrito, no PDE. Dizer também que movimento de moradia não é a favor das PPPs, que isso fique bem claro no PDE, porque Parceria Público-Privada só vai beneficiar os grandes construtores. Não vai beneficiar a população de fato. Então, deixar registrado.

E fazer regularização nas comunidades consolidadas há mais de cinco anos - assim são consideradas as comunidades consolidadas -, só que fazer essa regularização de fato. A Prefeitura vai, faz topografia, regulariza a área, dá um prazo para voltar, dá o título de posse, depois fica esperando matrícula de cartório. Esse processo dura uns 10 anos. Isso não existe. Então, tem de haver um planejamento, estamos aqui para fazer um planejamento. De fato, que esse planejamento seja feito dessa forma, porque ninguém vai passar 10 anos no processo de regularização fundiária. Não faz sentido isso.

Outra coisa, vemos que não há muito interesse da Prefeitura, nem dos fiscais dela que estão na Mesa, os Vereadores são os fiscais do Prefeito, nós somos fiscais dos Vereadores e do Prefeito também. Só que vocês têm acesso a ele muito mais fácil. Então, é muito mais fácil vocês fazerem esse diálogo com o Prefeito do que nós. Fazemos atos e olhe lá se somos atendidos.

Então, o que nos faz pensar, movimento de moradia, por que não há interesse da Prefeitura em regularizar vários bairros aqui consolidados, várias pessoas devem morar em seus bairros há mais de 30 anos? Porque não tem a tal da outorga onerosa que as construtoras pagam para a Prefeitura. Na regularização fundiária não vai voltar dinheiro para o caixa da Prefeitura. Então, eles não têm interesse. A Prefeitura só tem interesse em ganhar.

Agora, a Prefeitura tem 34 bilhões no caixa, é preciso pegar dinheiro da CMPU para fazer asfalto? Isso é uma vergonha, vocês não podem deixar isso acontecer. Foi aprovado na Câmara Municipal, vocês não podem fazer a segunda votação. Isso é imoral. É imoral, com tanto

dinheiro em caixa que a Prefeitura tem, tirar dinheiro da CMPU, que é para habitação, fazer construções ajuda os parques, ajuda o meio ambiente.

Meu tempo está acabando, preciso correr. Não posso deixar de falar da saúde, porque nenhuma UBS, na cidade de São Paulo, tem equipe completa de médicos. Duvido alguém ir marcar uma consulta hoje na UBS, qualquer UBS, moro no Socorro, vou para a UBS Veleiros. E lá era uma UBS até boa, mas conseguiram como sempre, a Prefeitura consegue precarizar tudo o que existe na cidade de São Paulo. É um péssimo Prefeito, um dos piores que já vi, está conseguindo superar o Kassab.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Mara.

A SRA. MARA SOUZA – Rapidamente, para concluir, só para não voltar chorando para a cadeira. Não tem como a gente andar mais nos bairros. Nas grandes avenidas há muito buraco, agora, vai lá para a quebrada. Vai lá no Socorro, vai lá no Grajaú, vai andar lá em M'Boi Mirim, que você desvia de um buraco, cai no outro.

E vocês precisam olhar para as pessoas com necessidades especiais, é obrigação de vocês olharem para isso, porque não tem como andar na cidade de São Paulo. Se nós estamos sofrendo, imagine um cadeirante, não consegue andar na cidade de São Paulo.

A última coisa que eu queria falar é que tenham mais ecopontos também nos bairros, porque os ecopontos ajudam muito a cuidar do meio ambiente. Porém, são poucos ecopontos ainda na cidade de São Paulo e esse número precisa ser ampliado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

Convido o Sr. Luciano José dos Santos, Presidente da Associação de Moradores do Jardim Aracati.

O SR. LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS – Bom dia a todos e a todas. Bom dia à Mesa.

Sou Presidente da Associação do Jardim Aracati e quero mandar um recado para o Prefeito Ricardo Nunes, porque eu não sei se a nossa cidade tem Prefeito, eu não sei. Jardim Aracati está completamente abandonado pelo Prefeito da cidade de São Paulo, onde os

cadeirantes não conseguem subir na Rua do Campo; a av. M'Boi Guaçu está toda esburacada.

Atenção, Subprefeitura M'Boi Mirim, olha a lavagem de dinheiro que está havendo aí das obras, que a gente está cansado. São R\$ 70 milhões, e as obras não andam, está tudo parado. Isso é só na Chácara Bandeirante do Jardim Aracati.

Nos nossos postos de saúde, não tem remédio.

Sr. Prefeito acorda. Ano que vem, tem eleição. Acorda, Prefeito.

A nossa represa Guarapiranga está um esgoto a céu aberto. Da ponte do Jardim Aracati, você vê o Cemitério Cerejeiras, onde estão aterrando a nossa represa Guarapiranga. E esses não são punidos. Por quê? Só se vê as máquinas trabalhando ali no Cemitério Cerejeiras. Onde está a fiscalização da Subprefeitura, da Prefeitura? Por onde anda essa turma, que só vai à nossa região para buscar votos?

Desculpem o meu desabafo, mas hoje eu vim para saber por onde anda o Prefeito da cidade de São Paulo. No carnaval, ainda tinha muita gente doente, epidemia, e o Prefeito pulando, enquanto muita gente estava nas enchentes.

Cadê as obras do M'Boi Mirim, que estão paradas? Os pais de família têm que sair do Terminal Jd. Ângela e ir até o Jd. Vera Cruz a pé, até o Jd. Capela. Onde estão as obras? Eu quero saber onde está esse dinheiro. Está no bolso dos Vereadores? Está no bolso dos corretores?

Senhores, vamos dar mais atenção à nossa população do fundão. A gente mora no fundão não porque queremos, mas porque não temos condição. E os prédios do centro da Cidade, em vez de virarem moradia para o povo, ficam lá abandonados.

Cadê a M'Boi Mirim aberta? O Prefeito Ricardo Nunes e os senhores, na eleição, colocaram placa no M'Boi Mirim, do começo ao fim, com a foto dos senhores; mas essa obra não anda. Cadê vocês, meus companheiros, minhas companheiras? Cadê o PT nas ruas? Vamos para as ruas, porque as Subprefeituras não estão atendendo aos nossos ofícios.

Querem desapropriar o povo e dar R\$ 400,00 por mês? Srs. Vereadores, nem o jantar de vocês custa R\$ 400,00, custa mais. Estamos numa cidade abandonada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

Convido a Sra. Tana Giannasi Alvarez, munícipe da Vila Emir.

A SRA. TANA GIANNASI ALVAREZ – Bom dia a todos.

Sou munícipe da Vila Emir. O meu bairro fica exatamente entre o início dos dois corredores: Sabará e Miguel Yunes. Até o presente momento, quando a gente entra no GeoSampa, o meu bairro aparece totalmente pulverizado por área de desapropriação.

Eu queria entender por que, até o presente momento, a gente não tem sequer um mapa da área de desapropriação da Miguel Yunes. O que a gente tem é um mapa da área de desapropriação da área do Sabará apenas.

Então, quero registrar a minha insatisfação pela falta de respeito que está havendo conosco, porque isso não foi divulgado, nós sequer fomos comunicados sobre as desapropriações. Agora que a gente está se unindo ao movimento do Condomínio Sabará, ao movimento do Não Corredor do Sabará, mas nada se sabe ainda sobre o corredor da Miguel Yunes.

E quando eu vejo no GeoSampa e vejo o meu bairro completamente pulverizado, onde há muitos idosos com mais de 60 anos, incluindo a família do meu marido; onde há várias empresas que fornecem empregos para as pessoas; onde fica o Condomínio Sabará, com mais de 3.000 moradores; eu queria saber como isso vem acontecendo e como o Plano Diretor vai garantir essa ampla divulgação e discussão diária às desapropriações, que afetam diretamente as pessoas que moram nesta cidade; porque, até o momento, eu só tive acesso ao mapa de desapropriação da Miguel Yunes.

A nossa luta será maior ainda, porque a gente nem sabe direito o estrago que vai causar ali na nossa região e o quanto isso realmente nos afeta. Eu sei que o Vereador Goulart vai receber um pessoal do condomínio do Sabará para justamente discutir a desapropriação da área, e eu gostaria de saber também se eu posso ser inserida nessa reunião como representante da Vila Emir, que é justamente o bairro que está grudado ao condomínio e que será pulverizado,

até onde se sabe.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

Convido a Sra. Ana Paula Santa Rosa, morada da av. Nossa Senhora do Sabará.

A SRA. ANA PAULA SANTA ROSA – Bom dia.

Sou residente da Av. Nossa Senhora do Sabará, num condomínio que está marcado no caderno como desapropriação, um condomínio que foi construído depois de 2017.

Ocorre que, em 2014, já houve uma tentativa de implementar esse corredor ali, mas foi derrubado. Então, esse condomínio foi feito com todas as diretrizes da Prefeitura em relação às deliberações, e agora ele está marcado como desapropriação.

Nós, como moradores, não temos nenhum conhecimento disso, não houve discussão, estamos perdidos. Hoje eu me deparei com um documento que vocês emitiram em relação às desapropriações, onde está escrito na primeira página: valor de ITBI apurado: mais de R\$ 38 milhões somente com essas oito ou nove paradas, que poderia ser destinado a outras coisas que seriam mais relevantes, sabendo que ali na região nós temos um volume imenso de alagamentos, todos os anos, mesmo com algumas obras que vêm sendo feitas, ainda não houve um impacto efetivo.

Então, eu clamo a vocês que olhem para essa população. Eu mesma tenho uma vida dentro desse condomínio, que ainda tenho que pagar por 20 anos, ou não, porque se for desapropriado estarei na rua. Eu sou filha de mãe solteira, o meu marido já fez uso de garapa, água com açúcar, quando não tinha nada em casa, enfim. Eu sou a primeira geração da minha família a ter o Ensino Superior, consegui comprar esse apartamento a perder de vista e não posso sair no prejuízo. Nem eu, nem a população que mora ali há vários anos. São gerações e gerações que serão impactadas, empregadores, empregados.

Eu, que sou trabalhadora, atendo à expectativa do meu empregador; e vocês atendem à nossa expectativa, que é não ficar desapropriado, não ficar desempregado. Eu gostaria que até mesmo um de vocês se comprometesse comigo para discutir, pelo menos, qual

é a abrangência dessa desapropriação: será todo o condomínio, ou uma calçada? Esse é o meu clamor. Sejam um pouco mais claros conosco.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Convido agora o Sr. Sérgio Messias dos Santos, do Condomínio Nossa Senhora do Sabará.

O SR. SÉRGIO MESSIAS DOS SANTOS – Bom, há uma diversidade de assuntos aqui. Isso é importante. Eu acho que os nossos assuntos já estão bem encaminhados. De uma forma ou de outra, o condomínio será impactado seja por um, ou por outro, mas a gente já está fazendo algumas articulações, que já estão bem encaminhadas. Então, a pauta que trago hoje é um pouco diferente.

Eu queria entregar ao Relator Rodrigo Goulart um documento, que eu queria protocolar, que seria a questão de cultura. Já que me parece que está adensando muito essa região de Sabará e Miguel Yunes, a gente queria visualizar um espaço para a cultura ali.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Convido o Sr. Ricardo Colli, morador de Santo Amaro.

O SR. RICARDO COLLI – Bom dia a todos, Vereadores.

Eu tinha o pensamento de falar sobre metrô, principalmente na região do M'Boi Mirim e da Cidade Dutra, onde a gente vê que está a maior densidade da população da zona Sul. Mas ouvindo todos os discursos aqui fiquei pensando nessa parte do cinturão verde em volta da cidade.

Vale a pena refletir que toda cidade boa tem um cinturão verde. Não adianta nada construir nesse cinturão verde, porque a poluição vai ficar tanto na periferia, quanto na região central. Por isso, é importantíssimo esse cinturão para todo o município de São Paulo.

Também penso em levar o *wi-fi* para a periferia, com gratuidade, porque a gente sabe que o futuro do emprego está na rede, na tecnologia. Então, o *wi-fi* para a periferia seria ótimo

para empregabilidade. Além disso, se tiver emprego híbrido, ou totalmente *home office*, ninguém vai precisar se locomover. Isso, eu acho importante.

Outra coisa importantíssima é trazer os 5 “S” para a periferia: Sebrae, Senai, Senac, Sesc e Sesi, porque a gente sabe que o que mais tem na periferia é bar. E, com isso, o que vai formar, se só tem bar?

O Centro está isolado, quase que como uma cidade zumbi, em relação às moradias. Então, se a gente não mudar isso, São Paulo vai virar uma cidade zumbi. No Centro, tem todo tipo de infraestrutura: água, gás, semáforo, habitação, etc.; e o mais importante no Plano Diretor é trazer até a população que está em moradia irregular para a região do Centro, onde já tem infraestrutura e condições de moradia.

Por último, eu não sei quem é o Subprefeito. A gente não vota em Subprefeito. Acho que seria importante pensar nessa política pública. A população local deveria votar no seu Subprefeito, porque a gente escolhe Vereador, Deputado Estadual, Prefeito, Deputado Federal, Senador e Presidente; mas o Subprefeito a gente não sabe quem é, e é justamente ele que está bem próximo. Sem falar dos cargos comissionados dos Subprefeitos, que tem que ser uma pessoa que veja o objetivo do local. O importante é focar no Subprefeito e quem ele coloca como seu secretário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Convido agora o Dr. Alan, da Associação de Regularização Fundiária Urbana e Rural - ARFUR.

O SR. ALAN MINUTENTAG – Bom dia a todos, nobres Vereadores, participantes dos movimentos.

Eu vi muita gente defendendo várias coisas aqui, mas vamos nos apegar na temática do Plano Diretor e o Zoneamento. Para que servem os Vereadores nesse caso? Para defender o que o povo quer. Então, o que eles precisam fazer no Zoneamento e no Plano Diretor? Levar habitação para o povo que precisa, melhoria nos bairros, para as comunidades, e não ficar

fazendo pré-eleição. Eu conheço os Vereadores aqui, o Goulart é Vereador conhecido e sou conhecido de vários amigos dele, enfim.

O que a Prefeitura de São Paulo quer fazer hoje? Especulação imobiliária. Ela não leva habitação para quem precisa. Se vocês começarem a andar nos bairros, o que se vê? Centros comerciais, uma academia, um McDonald's, o posto de gasolina; também prédios de três, quatro andares, com dois salões embaixo, é o que mais se vê. E o que mais se vê ainda nos bairros? Construções de conjuntos habitacionais, que também não são dessa gestão. Por exemplo, Chácara do Conde. Vejam lá a placa: projeto de 2014 – vai finalizar agora. Aí, o Prefeito falou numa última audiência que eu fui: “Vamos entregar 100 mil moradias até final de 2024”. Mentira, não vai entregar nunca 100 mil moradias. Como que ele vai entregar 100 mil moradias se ele está desapropriando tudo? Esse povo que vai ser desapropriado, que vai receber 400 reais, vai para onde? Não tem para onde ir.

Outra coisa importante: quem poderia ajudar nessa discussão? O Ministério Público. E nunca o Ministério Público vai numa discussão como essa; mas é o primeiro a atrapalhar qualquer tipo de conciliação, seja de moradia, seja ambiental.

Não estou defendendo ocupações irregulares, invasão de terra, destruir o meio ambiente, mas sabemos que dentro da cidade de São Paulo, principalmente na Zona Sul – vou falar da região de Parelheiros –, temos bairros consolidados, que os Vereadores, quando vão lá perto de eleições, sabem que ali podem levar um posto de saúde melhor, podem levar vias melhoradas. Não, mas é tudo com os interesses de quem? Daquela minoria.

Para que precisou fazer pavimentação para ligar Embu-Guaçu com a cidade de Parelheiros? Para quê? Porque ali tem o Condomínio Fazenda da Ilha. Para facilitar o acesso de quem? Não é do pobre, é do rico que trafega de São Paulo até Parelheiros. Vocês estão entendendo?

Vou falar outra coisa que vocês não sabem: o terminal que vocês estão defendendo, o que vocês não querem que seja feito, vocês sabiam que aquela obra está destruindo um monte de moradias, está rachando todas as moradias? Tem gente prestes a morrer porque a moradia

vai cair; mas embaixo estão passando uma máquina que está destruindo tudo.

Eu só quero registrar, nobres Vereadores: não adianta fazer discurso bonito se vocês não colocarem o pé no chão, na terra, e ajudarem o povo. O povo não quer promessa, o povo quer resultado. É política para o povo. E eu não venho aqui defender nenhum tipo de política de um determinado segmento da população, eu venho só para pedir um negócio: justiça; que os Vereadores vão lá na terra, porque, quando tem briga de moradia, se não for na terra, não sabe o problema. Tem que andar lá. E não é discurso de promessa.

Eu peço justiça, responsabilidade, comprometimento. Se não tiver isso, zero.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu peço que o senhor conclua, o senhor excedeu o tempo excessivamente.

O SR. ALAN MINUTENTAG – Eu vou registrar só mais uma coisa: o Prefeito Ricardo Nunes não quer regularizar São Paulo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Convido a Sra. Tata Silva, da MRFU.

A SRA. TATA SILVA – O meu nome é Alciete Araújo da Silva, mas eu sou conhecida como Tata Silva. O Alciete ficou lá no Ceará. Chegamos aqui e eu adquiri esse nome quando eu fui babá de uma criança. Ele me pôs esse nome. E ele está fazendo sucesso, né? Pelo menos, na comunidade onde trabalho me tornei conhecida.

Acho muito bonito falar de um monte de coisas que escutamos aqui, mas eu gostaria mesmo é de entender por que não se dá o processo de regularização fundiária. Não dá para falar de outro motivo, sabe, Rodrigo. Não dá. Não dá para falar de parques, e esquecer que tem gente do lado do parque que não anda no parque porque o parque não serve para a gente andar, não tem ninguém lá, não tem nada preparado para o povo.

Precisamos falar aqui é de moradia social. Precisamos de moradia. Precisamos de verdade é da moradia, e vocês precisam se atentar para isso. Não é possível quem depende do voto para se eleger não entender que esse povo todo está aqui clamando por moradia.

Como ver um monte de gente não querendo um corredor, e vocês insistem em

implantar o corredor? E nós pedindo moradia, e ninguém faz moradia na nossa cidade.

Eu preciso urgentemente de regularização fundiária.

Sabe o que se dá quando se regulariza um bairro? Ele vai ter água encanada, luz, saneamento básico, esgoto, CEP, UBS, um lugarzinho para as suas crianças, os seus filhos brincarem. Então, quando eu brigo por moradia, eu brigo por tudo isso. Eu estou brigando pela casa, pela luz, pela água, pelo esgoto, pela pavimentação. Eu estou brigando para que o meu idoso tenha lugar para andar.

Tem idosos que ficam plantados dentro de casa porque não têm como sair; se sair, cai no buraco. E cadê o direito do idoso?

Cadê o direito da criança e do adolescente? Sabe o que eles têm lá? Os cabras oferecendo droga para eles usarem. Agora, gente oferecendo curso, uma escola para estudar, um posto de saúde decente para tratar desse jovem, não tem. Aí, querem que a gente chegue aqui e fale calminho, bonitinho. Não dá, meu irmão. Não dá, não. Queremos casa!

Alguém me perguntou: “Tata, você prefere ter saúde ou ter casa?” Eu prefiro ter casa, porque, com a casa, vai vir a minha saúde, porque não vai ter ninguém que vai derrubá-la.

O meu telefone, de manhã cedo, duas, cinco horas da manhã: “Tata, já tem ambiental aqui na porta, vão derrubar as nossas hoje”. Sabem o que é acordar com isso? Vocês não fazem ideia, não. Não fazem ideia do que é retirarem o seu único bem, que é a sua casa, o seu barraco. É a sua moradia irregular – porque ninguém quer regularizar. E quando eu digo que não querem regularizar é porque não querem, porque nós estamos pedindo. E somos nós que moramos nela. Se eu moro na minha casa, ela é irregular, e eu estou pedindo para regularizar, a mais interessada sou eu, e vocês têm que nos ajudar.

Estão vendo aqui o pessoal da linha do trem? Eles moram atrás do Manacá da Serra. Foram lá e derrubaram um monte de barraquinhos deles. E tem mais um pouco lá que ainda não foi derrubado, e estão lá para derrubar. O prazo já se estendeu. Agora, vê se foi alguém lá oferecer um lugar para eles ficarem.

E outra coisa que eu vou deixar bem claro: auxílio aluguel não existe, é uma

vergonha, porque auxílio é você me auxiliar a subir essa escada. Agora, se vocês vão tirar uma pessoa, dê a elas um aluguel decente, que ele possa, no mínimo, pagar uma casa que possa comportar a sua família. Auxílio não serve, nós queremos um aluguel decente, nós queremos casa, moradia, queremos os nossos direitos sendo garantidos, e não o que eles querem lá.

Por favor, não façam mais esse corredor; mas mandem esse dinheiro para moradia, que ficamos muitos felizes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Convido agora o Dr. André Araújo, do MRFU.

O SR. ANDRÉ ARAÚJO – Bom dia a todos.

Meu nome é André Araújo, sou do Movimento de Regularização Fundiária e Urbanização.

Gente, temos algumas questões a discutir.

Quando falamos em habitação, regularização fundiária, temos que falar em orçamento, porque a nova lei de regularização fundiária condiciona ao orçamento. E qual é a nossa proposta? Destinar 15% dos recursos do Fundurb para urbanização e regularização fundiária; e 30% dos recursos da habitação para urbanização e regularização fundiária. Por quê? O Vereador que votar na modificação do Fundurb, essa reforma paralela do Prefeito, a favor da pavimentação é contra a habitação, ok? O Vereador que votar a favor dessa reforma do Fundurb para pavimentação é inimigo da habitação.

Outra questão importante é a cota de solidariedade: temos que reduzir, para taxar os imóveis a partir de 10 mil metros quadrados. É importante essa questão. Estamos aqui com eles que ajudaram a fazer o diagnóstico, e a Prefeitura não obedeceu sequer ao diagnóstico.

Outra situação: os Vereadores estão pedindo o projeto de lei que foi enviado para a Prefeitura. Cadê o CMPU, que não foi ouvido? Cadê a população? Que tipo de projeto vão enviar para a Câmara Municipal?

Gente, nós somos a favor que seja implantada a Emenda Constitucional 111. A

população tem que ser ouvida e votar no novo Plano Diretor, na nova Lei de Parcelamento e Uso do Solo. Não podemos delegar para 55 gênios da raça escolher o destino de São Paulo; a população tem que votar em 2024, juntamente com a eleição para Prefeito, qual cidade irá querer até 2029.

Outra questão bastante importante é a implantação de ônibus na Senador Teotônio Vilela, a ampliação desse corredor.

Temos diversos corredores – Celso Garcia; e Itaquera, na Cidade Líder – que não foram implantados; e tem dinheiro, dois bilhões, parados no Fundurb. A cidade de São Paulo tem quase 35 bilhões de reais parados enquanto a população está sofrendo.

Nosso Prefeito diz “100 mil moradias na cidade de São Paulo”. Agora, você, que é da periferia: onde vão ser essas moradias? Quem terá acesso? Não adianta ter moradia como no Lote 12 da PPP, como diz a companheira, e retirar famílias que estão há dez, vinte anos. Não adianta. Não adianta construir prédio, e retirar uma família que tem direito à regularização fundiária. Você vai estar cobrindo um santo, e descobrindo dois.

Vereadores, a responsabilidade é grande. Espero que vocês não sejam eleitos inimigos da população, *okay?*

Muito muito obrigado. Deus os abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Convido a enfermeira Ângela Falopa, moradora da Avenida Sabará.

A SRA. ÂNGELA FALOPA – Bom dia a todos.

Srs. Vereadores, muito obrigada pela oportunidade que nos é dada.

Sr. Vereador Goulart e todos os presentes, população que aqui se encontra, eu vou falar uma coisa para vocês como enfermeira.

Eu sou moradora da Av. Sabará há 50 anos. Vim do Norte para cá para estudar. Aqui trabalhei na empresa Varig. Vi acontecer quase a mesma coisa que eu estou vendo agora: comprei a minha residência na Av. Sabará há 50 anos. Agora, que chego à idade, não tenho mais casa. Eu e outros moradores, muitos deles comerciantes, que dão empregos. Moradores

idosos, pessoas que já têm doenças pré-existentes. Imaginem esses idosos agora para onde irão. Fomos pegos de surpresa.

Sr. Vereador Goulart, o senhor que nos acompanha na Zona Sul, e todos aqui presentes, vejam com carinho a nossa situação.

Como iremos comprar um imóvel se ali estamos há muitos anos? Quantos plantões eu dei? Quantos pais trabalharam para ter imóvel na Av. Sabará. Não é barato. Foi caro. E agora vamos para onde?

Fomos pegos de surpresa. Uma amiga minha ligou e falou: “Olha, a sua casa vai ser derrubada. Você não tem mais casa. Eu e outros moradores da Av. Sabará”. É desumano.

Eu nunca pensei que uma cidade tão rica como São Paulo precisasse chegar a esse ponto. Aqui vim para trabalhar e estudar, mas nunca pensei em passar por isso.

Peço aos Srs. Vereadores que vejam com carinho a nossa situação.

Moro no início da Sabará, no número 744. Como vocês veem, não é barato ter imóvel ali. Custou caro, noites e noites de plantão como enfermeira, salvando vidas.

E digo mais a vocês: vejam com carinho não só a situação da Sabará e os empregos, mas a situação de todos que aqui estão, porque são seres humanos que estão reivindicando moradia. Não é brincadeira.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Ângela.

Convido o Sr. Otávio Alvarez Mourelo, Corredor Sabará.

O SR. OTÁVIO ALVAREZ MOURELO – Bom dia, Vereadores. Bom dia a todos.

Nós viemos defender a exclusão da Av. Sabará do eixo de diretriz de estruturação do transporte. Entendemos como não necessário. E muito mais: isso vai provocar em nossa região um aumento de capacidade de construção. Isso atende o interesse de quem constrói, talvez atenda o interesse de quem arrecada com outorga onerosa, mas não atende o interesse da população em geral. A população local vai ter a sua área basicamente devastada por 500, 600 desapropriações. Estimamos em torno de oito a dez mil empregos que seriam afetados. E a

nossa pergunta é: para quê? Existe necessidade mesmo de colocar bilhões nesse projeto? Nós entendemos que não.

Apresentamos aos Vereadores uma alternativa: melhoria da faixa de ônibus exclusiva da Sabará. O pessoal que mora, que vive, que trabalha na Sabará, quer o ônibus, quer que as pessoas cheguem ao local de ônibus, só não queremos é uma devastação total.

Para quem está e precisa passar, há alternativa. Já foi falado, todos aqui sabem disso, isso é óbvio. Olhamos para o território e encontramos uma solução: Av. Miguel Yunes, Eusébio Stevaux, conexão com Socorro. Isso tem o quê? Desapropriação de um terreno do governo federal; quanto ao resto, é possível acomodar para essa demanda que temos.

Claro, o PIU tem outra proposta, que até gostaríamos de estudar e pensar, que seria um corredor que viesse Berrini e Pedreira. Mas isso exige um estudo melhor sobre se há um impacto muito grande nessas regiões.

Para nós, do Corredor Sabará, de fato não é um projeto de urbanismo, é um projeto de ônibus, e nós precisamos de urbanismo. E a cidade precisa desse dinheiro na habitação, no transporte, em lugares que estão mais precisados.

Essa é a nossa solicitação: que seja removido do Plano Diretor a Sabará como eixo estruturante de transporte.

Obrigado, Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Convido o Sr. Fayes Rabah, do Corredor Sabará.

O SR. FAYES RABAH – Boa noite a todos. Boa noite à Mesa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FAYES RABAH – Bom dia, então. É porque está escuro.

Sabe por quê? É porque tem gente que fica conversando, e aí é uma forma de chamar a atenção.

Pessoal, eu sei que alguém falou aí: “Pô, de novo?” Mas a Sabará tem sete quilômetros; ela é bem longa. Tem o pessoal do Vila Nova Real, que veio falar hoje, que tomou

conhecimento. Tem o pessoal do outro condomínio lá da Nossa Sra. Do Sabará, com quatro mil moradores. E as angústias acontecem. Tem os comerciantes locais também, donos de imóveis. As angústias são heterogêneas.

Como o Otávio falou, eu sou um comerciante da Sabará e também sou engenheiro civil. Nós elaboramos uma proposta técnica trazendo um impacto menor, mas não deixando de atender a vazão do transporte público, que é super necessária, inclusive, para atender a Sabará.

E sempre a gente vem a audiências públicas sugerir, solicitar, pedir alguma coisa. O nosso pedido é se a Mesa pudesse nomear alguém, um assessor ou representante que pudesse fazer uma visita na Sabará e ouvir, ou até mesmo o Prefeito nomear alguém para entender, e podermos fazer reuniões em pontos diferentes, porque imaginem se ao longo dos sete quilômetros todos vierem aqui para falarem daquela angústia pontual. Pode até ser conflitante, e a gente tem que ver como é que converge para acomodar o interesse público, o interesse dos bairros vizinhos, mas, também, da sociedade Sabará como um todo. Essa a sugestão que fica nesse sentido.

É isso, gente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Convido o Sr. Marcelo Bittencourt, do Não ao Corredor Sabará.

O SR. MARCELO BITTENCOURT – Bom dia.

Bom, acho que todo mundo já falou bastante e seria muito redundante alguma coisa que eu fosse dizer aqui, porque é o anseio da população, o que a população está pedindo, e os Vereadores estão aqui para nos ouvir e nos atender.

Então, vou fazer um convite: as pessoas que estão aqui e que são da região da Sabará que, por acaso, como a pessoa do condomínio com quem conversei aqui, que não conhece o movimento. Não ao Corredor Sabará, faz parte do núcleo, pode conversar com qualquer um de nós para inserir vocês no grupo, para estarem mais bem informados. A gente vai até o condomínio e discursa para vocês sobre o que está acontecendo.

Eu queria, na verdade, agradecer aos Vereadores e à Vereadora que aqui está porque todos receberam a gente muito bem presencialmente ou por um assessor. Acho que só ao Rubinho fiquei devendo para o assessor dele uma visita, mas todos os outros a gente conseguiu. A gente vai articular essa visita com o Rubinho. A Vereadora também nos recebeu na manifestação, conversamos bastante, então, fica o agradecimento.

E o convite que fiz para vocês acho que é uma oportunidade gigante. A gente vê aqui muita oportunidade. Então, fica esse convite: mandem um assessor conversar com cada movimento em cada uma das regiões que vocês só têm a ganhar com isso, e a população, também. Fica o convite para vocês e uma proposta, uma sugestão, para os Vereadores e Vereadoras.

Obrigado a todos.

Bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Marcelo. Para você e algum outro movimento que quiser trazer alguma demanda, o Lucas que está sentado à direita, no canto, de camisa laranja, se quiser marcar com ele, a gente já combina essa reunião. Estamos à disposição. Obrigado.

Convido, agora, o Sr. José Medeiros Gaia Neto, representante da Associação de Comerciantes da Avenida Atlântica.

O SR. JOSÉ MEDEIROS GAIA NETO – Prezados Vereadores Goulart, Luana, Rubinho, Silvia e Sansão. Eu sou munícipe como vocês, prezados munícipes colegas.

A nossa reivindicação aqui é comum. Muitos de vocês procuram uma reivindicação habitacional, de lazer, social, ambiental. Estamos todos com o mesmo fim para esse objetivo. A função dos Vereadores além de legislar é a de fiscalizar o município e contribuir para que a melhora do nosso meio de vida possa vir de uma forma mais agradável, com uma consciência social.

Solidarizo-me com o pessoal do Não ao Corredor Sabará. Sou proprietário também. E do pessoal do fundão. Eu morei no bairro do Crispim, alguns de vocês devem saber que ainda

é mais longe do que onde vocês moram. Morei lá em 1972. Meu avô foi Prefeito de Itapecerica da Serra, e, graças a Deus, trabalhando, lutando, sou empreendedor.

O meu objetivo é o seguinte: muitos de vocês devem conhecer a represa do Guarapiranga, na Avenida Atlântica, aquela região de restaurantes, bares, prainha, do Jair, sou muito amigo do pai do Vereador Goulart, o pai dele é um grande corintiano como eu, graças a Deus, aqui tem muito corintiano.

Então, o que acontece: como proprietário, a Avenida Atlântica, do Restaurante Interlagos, nós temos o alvará de funcionamento para restaurante desde 1963. Esse Plano Diretor tem que respeitar alguns imóveis característicos porque ali a gente não pode construir mais; ali a gente preserva o meio ambiente e recebe moradores de todo município de São Paulo, vêm pessoas de Itaquera, de Parelheiros, de vários locais da cidade passar uma tarde, um momento especial ali. Então, o respeito a esses alvarás já expedidos. Aquele imóvel, quando foi criado, construído em 1963, já tinha uma criação, uma função social de restaurante, de receber vocês, de confraternização.

Então, da mesma forma que vocês sofrem com a desapropriação, nós, proprietários que investimos mais de 60 anos para termos um comércio e receber vocês lá, estamos sofrendo porque, eventualmente, algumas pessoas têm interesse em mudar.

O que acontece: neste momento, eu me solidarizo a vocês; solicito aos Vereadores que compareçam lá, que verifiquem a nossa questão social. Eu vou deixar um cartão meu com vocês e me solidarizo com todos.

Muito obrigado por me ouvirem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. José. Agradeço.

Convido, agora, o Sr. Adilson Araújo, morador da Chácara Santo Antônio.

O SR. ADILSON ARAÚJO – Boa tarde.

São vários itens que o pessoal não falou por aqui. Um deles é o adensamento. Eu moro na região da Chácara Santo Antônio. Aqui também se desapropria para fazer prédios, por conta de muitas coisas que falaram aqui dos Cepacs, dos dinheiros que vão para os cofres

públicos. Esse adensamento nós já falávamos. Cada vez mais prédios; a enchente está aumentando na Chácara Santo Antônio, para quem é da região: perto do Shopping Morumbi está virando rio porque fecharam toda saída de água da marginal. Então, está um caso grave.

Outra coisa é a segurança. Acho que precisa equipar a GCM melhor e dar mais autonomia para que ela possa atuar mais como polícia.

Uma pessoa falou do ecoponto, eu peço que o ecoponto realmente tem que aumentar para a gente não ter o descarte em pontos viciados. A zeladoria, falaram das calçadas, está péssima. Tem projeto, lei, cartilha, nada se faz. As Subprefeituras têm que atuar e autuar contra os moradores e a favor também para arrumarem as calçadas, porque é obrigação deles. A questão do Tapa Buraco: as ruas estão cada dia piores. Você quebra um carro e para entrar com processo é aquela história. Tem a questão da mobilidade, essa questão do corredor, você anda na Sabará e quase não tem ônibus durante o dia; pode ter durante o *rush*, mas são poucos ônibus, porque você vê que tem horário livre. Então, não tem tanto ônibus para você passar.

Outra coisa também que já vem lá de trás: semáforo inteligente. Cadê a inteligência dos semáforos que já eram para ser implantados há vinte anos. Nós já estamos no 4k, vai para o 8k, e os semáforos continuam aqueles que quando chove, aliás, chove não, relampeja e apagam todos, e a cidade vira um caos. Então, essa questão dos semáforos é crítica e acaba com a cidade.

Então, basicamente, é isso.

Obrigado, boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Adilson.

Convido, agora, a Sra. Célia Aparecida, munícipe.

A SRA. CÉLIA APARECIDA – Bom dia.

Eu sou contra o corredor Sabará porque já existe um corredor. Eu gostaria de saber qual o objetivo de um governo que só sabe desapropriar e tirar condução, ônibus, porque não tem ônibus direito na Sabará. Desapropriar para colocar o quê? Quatrocentos reais? Pessoas que já estão morando lá há 20, 30, 40 anos? Sou contra desapropriações.

Outra coisa é o que está acontecendo lá no Mar Paulista. Eu passo por lá de ônibus. A Represa Billings fede a carniça seca. (Palmas) Eu não sei se vocês sabem o que é isso. Eu não sei se vocês já chegaram perto de uma carniça que fede depois que está seca. A Represa Billings está cheia de lixo, não sei nem se não tem gente morta lá.

E o que é que aconteceu? Um determinado governo do passado fez um conjunto habitacional lá num parque, sendo que existiam outros terrenos em que poderia ser construído esse conjunto habitacional. Agora, em vez de ter um plano de moradia popular, que não tem, eles só querem destruir casas, desapropriar para, depois, eu não sei se é alguma falcatrua, dar 400 reais para você. Eu não entendi por que esses 400 reais. Por que é que não pega aquele bando de prédio que está abandonado no centro da cidade, desapropria (Palmas) e põe o pessoal lá? Mas não. Eles só sabem desapropriar quem está ali na Sabará, quem está no fundão do Apurá, quem está no Mar Paulista. Para quê? Para ter mais gente morando na rua ou para pegar os 400 reais. Para quê 400 reais, gente? A pessoa precisa de uma casa para morar, uma casa digna.

Outra coisa: sou contra totalmente essa construção desordenada de prédios para milionários. Quem anda lá na Cupecê, João de Luca, vai para Pinheiros, Chácara Santo Antônio, estão construindo prédio para rico, porque eu duvido que quem estava ali morando naquela casa – e se vendeu a casa porque foi obrigado pela pressão imobiliária - vá conseguir comprar um apartamento lá. Não vai conseguir. Vai ser empurrada para o fundão.

Então, cadê o plano de moradia popular? O governo não tem. Ele quer desapropriar. Só. Não importa quem é. Agora, um plano de moradia popular, não estou pedindo que dê a casa para ninguém, não. Que seja um preço que a pessoa possa pagar. Nem que seja 50 ou 100 reais por mês, não importa. E aquele monte de prédio abandonado que as pessoas têm que invadir? Não estou entendendo.

Pessoal, não votem em quem pensa em desapropriar casa e não colocar ônibus.
(Palmas)

Sou contra também o corredor de ônibus da Cupecê. Sou totalmente contra porque

vão tirar as casas das pessoas. Lá está faltando ônibus. Não tem ônibus. Você pega o ônibus lá lotado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

Convido, agora, o Sr. Sérgio Borges Taveira, munícipe.

O SR. SÉRGIO BORGES TAVEIRA – Bom dia, pessoal; bom dia, Srs. Vereadores.

É a primeira vez em que eu participo de uma reunião dessas. A coisa não é fácil, não. Resolver todos os problemas da população de São Paulo não é fácil, não, é quase que impossível.

Nós estamos na região Sul, demandas e demandas tem a região Norte, a região Leste. Então, eu acho que não são os Srs. Vereadores que têm condições de resolver isso; acho que as Subprefeituras têm que ter mais autonomia, recolher multas, tomar multas etc. e ter um orçamento para resolver essas coisas.

Bom, eu quero dizer que moro na Vila Cordeiro. É uma vila que, se você se colocar no meio dela, são quatro quarteirões para a esquerda, que tem a Roberto Marinho, quatro quarteirões para a direita onde tem a Avenida Morumbi, seis quarteirões que estão para a Avenida Santo Amaro, virando para trás tem a Chucri Zaidan, tem Marginal. Então, estamos num meio em que não temos saída. Por quê? Porque foi prometido por um grupo de pessoas que disseram que representava a região que, na realidade, nada representavam, porque nessas reuniões – eu fui a uma e nunca mais voltei – tinham pessoas que não eram da região, que moravam do lado e que não queriam o desenvolvimento da região, outras pessoas eram inquilinas. Se você entrasse lá, não te pediam documento, pedia onde você morava etc. e resolveram fechar aquela região, prometendo mundo e fundo. Ali seria um paraíso porque iriam estreitar as *calle*s – eu tenho esse documento em casa -, deixar com 6 metros, do lado, plantar árvores, eliminar as entradas para dentro da vila; todas as entradas que entram ali não entrariam mais, e nós temos hoje tudo ao contrário. Minha mãe não pode sair de casa, porque ali tem muito assalto, não tem quase iluminação, não tem comércio, não tem nada e é tudo distante, 2km. Quem quiser tomar um café, tem que andar um, 2km na Av. Santo Amaro. Se você quiser ir para

uma padaria, tem que andar 3km para sair dali. Ali moram pessoas antigas, como meu pai. Meu pai veio em 1930 para cá, são pessoas que vieram de outros lugares e ficou de pai para filho, de pai para filho. A minha casa é antiga, as casas e as pessoas que estão lá são antigas, casas caindo com cupim etc. E acham que aquela região é assim: “Ah, você mora no Brooklin, na Vila Cordeiro, você é milionário”.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Sergio, o senhor pode concluir, por gentileza. O senhor excedeu o tempo, mas conclua, por favor.

O SR. SERGIO BORGES TAVEIRA – Então, queria dizer que ali não tem condições de continuar com aquele zoneamento que tem, porque os prédios estão vindo para cá, prédios de 40, 50 andares, sei lá de quantos andares em volta da região. Os veículos entram naquela região saindo de farol para farol, atravessando a Av. Morumbi para tal, na Rua Gabriel de Lara. Na Rua Miguel Sutil tem outro farol atravessando a rua.

Então tem ali, num lugar que não era um zoneamento, de Zona 1, não sei o que vai acontecer, parece que não pode alterar agora e eu espero que no futuro...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, por gentileza.

O SR. SERGIO BORGES TAVEIRA – ... já esteja resolvido esse problema ou como fazer para resolver aquele problema ali, pelo menos não entrar ou sair carro, fazer retorno.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Sergio, peço que o senhor conclua, por favor.

O SR. SERGIO BORGES TAVEIRA – Não sei se fui claro. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – É que o senhor excedeu o tempo. Obrigado.

Convido agora o Sr. Rodrigo, da Subprefeitura do Butantã. Ele está apenas representando, não vai falar. Agradeço a presença.

Convido o Sr. Odenil Gonçalves, da FNL.

O SR. ODENIL GONÇALVES – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar a Mesa, agradecer a oportunidade que é dada e

conquistada pelos trabalhadores. Se há Plano Diretor é porque os trabalhadores estão participando e estão fazendo acontecer.

Primeiramente, eu gostaria de me solidarizar com a demanda do pessoal do corredor Sabará, porque nós também somos contra as desapropriações. Só quem recebe na porta de casa a questão de um despejo sabe o que vocês estão passando neste momento.

Gostaria de deixar bem claro também que hoje, na Capital, se há essa dificuldade, esse problema ambiental muito referente é porque não se tem a discussão da regularização fundiária e, como a companheira falou, não há a discussão de um plano de moradia social. Infelizmente nós, enquanto trabalhadores, somos empurrados cada vez mais para as periferias, para as beiradas da cidade.

Gostaria de reforçar também que se nós queremos preservar o meio ambiente, se nós queremos dar continuidade aos projetos de parque, nós temos que combater a especulação imobiliária predatória e irregular. (Palmas) Temos que deixar bem claro e fazer um divisor de águas aqui na cidade de São Paulo.

Outro companheiro falou um pouco antes sobre a questão dos corredores verdes. Companheiro, boa parte desses corredores verdes foram discutidos pelos movimentos sociais. Boa parte desses corredores tem a participação da sociedade civil. Não foi um projeto elaborado por nenhum Executivo ou Legislativo, veio da população. Nós temos que saber separar o que é ocupação de movimento social e o que é ocupação criminosa do solo. O que não se tem nesta cidade é justamente essa separação.

Nós, enquanto FNL, estamos nos posicionando nas audiências públicas, estamos apresentando projetos para que se tenha a discussão da regularização fundiária e da moradia social. Quero deixar claro aos Srs. Vereadores que levem isto à Câmara: nós iremos acompanhar de perto essa votação vergonhosa do Fundurb, e nós faremos as denúncias de quem é contra a moradia social e quem é contra a regularização fundiária. Não dá para se proteger meio ambiente sem gente. As ocupações de solo responsáveis a partir de movimentos sociais são e podem ser usadas na proteção do meio ambiente. E deixo isso bem claro.

Agradeço a oportunidade. Até mais. (Palmas)

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Odenil.

Não havendo mais inscritos, passo a palavra à Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

- Manifestação do público.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Bom dia a todas, todos e todes.

Primeiro é que chegaram muitos problemas, muitas demandas, e eu vou reiterar algo que eu tenho falado em todas as audiências públicas. Teria sido muito melhor se nós tivéssemos feito uma audiência pública da Comissão de Política Urbana por subprefeitura, porque é muito difícil a gente estar numa mesma audiência pública com tantas regiões, tem desde a Vila Mariana até Parelheiros, até Capela do Socorro. Então são muitas realidades diferentes para a gente se debruçar numa única audiência pública. Teria sido mais democrático se a gente tivesse feito essa separação por subprefeituras.

Também queria dizer que, ontem, chegou à Câmara o projeto de revisão da Lei de Zoneamento. Nós também temos falado desde o início que seria atropelado fazermos a revisão de duas leis ao mesmo tempo. Então a gente está dizendo aqui que nós precisamos ter calma. Por quê? Porque a pressa e o atropelo são inimigos da democracia. Vejam em quantas questões nós precisamos nos debruçar. Vamos fazer isso com cautela, para a gente não atropelar, não ter menos participação popular e aí o Plano Diretor não ter a cara do povo e ter a cara da especulação imobiliária e das grandes construtoras, que é isso que a gente não quer. A gente quer uma revisão do Plano Diretor com a cara do povo, com a cara popular.

Agora vou entrar na questão da zona Sul. Vejam bem, gente. Antes de falar da zona Sul, vou falar das demandas que vieram. Eu tenho uma proposta para fazer aqui aos meus colegas Vereadores, que é pegar a questão do terminal Mar Paulista, a questão do corredor Sabará e a questão do terminal Jardim Miriam e nós, como Comissão, irmos lá para conhecer e verificar os problemas, a Comissão inteira. (Palmas) A Comissão inteira.

Na quarta-feira, tem reunião da Comissão de Política Urbana; que a gente tenha um requerimento comum, de todos os Vereadores, para podermos fazer uma diligência. A gente vai fazer uma diligência para ouvir vocês, conhecer os problemas e poder dar uma solução. Por que, gente? Porque tem coisas que nem é decidido aqui na revisão do Plano Diretor. Tem coisas que é plano de bairro, e por que acontecem os problemas? Porque o planejamento é feito de cima para baixo, e não de baixo para cima. Para a gente não ter esses problemas, a gente tem que ouvir o povo, a gente tem que consultar. Não dá para ter planejamento feito lá em cima, na superestrutura, e, quando vê, o povo pega a coisa pronta.

Vamos ouvir a população. Vamos ver o que é possível mudar nesse planejamento para que, por exemplo, um terminal de ônibus não seja construído num lugar que ninguém quer. Então não é uma necessidade ter esse terminal de ônibus.

A minha proposta é que toda a Comissão vá aos locais e que a gente possa acompanhar de perto, para poder apontar uma solução para esses problemas.

Agora quero entrar mais na questão da zona Sul. Vejam bem, gente. Toda essa área aqui da zona Sul, com nove subprefeituras, tem 171 favelas, 12 núcleos...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Está escrito aqui. Gente, é favela mesmo. Qual o problema de falar que é favela? É, o povo favelado tem que ser respeitado. É ocupação. (Palmas) Ninguém tem que ter vergonha de morar em favela. Ninguém tem que ter vergonha. É ocupação.

Eu sou professora, já dei aula para muitos estudantes que moravam em comunidades, em favelas. Não é esse o problema. O problema é que quem mora lá quer ter a regularização do lugar. É isso que nós temos que lutar. (Palmas)

Então, no próprio mapa da Prefeitura está escrito: 171 favelas, 255 loteamentos irregulares. A maioria desses loteamentos, gente, estão na Capela do Socorro, no Campo Limpo e na M'Boi Mirim, nesses três distritos. Tem em Parelheiros também, óbvio. Vieram aqui, a Tatá falou. O que a gente precisa para a zona Sul? Construção de moradia social e regularização

fundiária. Isso tem que ser feito com recursos públicos, porque moradia social, até para quem ganha até três salários-mínimos, tem que ter incentivo público. Não tem como colocar financiamento para as pessoas pagarem mil reais, se elas já ganham um salário-mínimo. Tem que ter incentivo público, tem que ter dinheiro do Fundurb para moradia social e para regularização fundiária. E não usar dinheiro do Fundurb para recapeamento de vias. Nós somos absolutamente contra. Nós do PSOL obstruímos a votação para que isso não passasse na Câmara dos Vereadores. E a moradia, pela questão da regularização fundiária.

Nós estamos defendendo que uma porcentagem do Fundurb seja destinada para regularização fundiária. Por que, gente?

- Manifestação do público.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Porque, se não tem recurso, como vai regularizar? O que eu queria falar: precisa de regularização fundiária, porque a maioria da cidade de São Paulo e da periferia é fruto de ocupação. Eu não gosto da palavra invasão, porque se ocupam as terras que estão ali paradas, que não tem função social. Quando tem uma ocupação, é porque estão destinando uma função social.

É verdade que tem algumas que acabam ocupando áreas que não deveriam ser ocupadas? É verdade, mas isso não é culpa da população. A culpa é do Poder Público que não fez um planejamento de habitação social como deveria. Tem 369 mil déficits de moradia na cidade de São Paulo. Por isso nós precisamos de moradia social, e para isso a gente precisa de recursos, dinheiro do Fundurb, dinheiro da outorga onerosa e dinheiro da cota de solidariedade. Construtora tem que pagar mais para poder construir as 369 mil moradias que estão faltando no município de São Paulo.

A questão dos parques. Foram propostos 54 parques para a zona Sul. Nós também precisamos de parques. A gente precisa de moradia, a gente precisa de parques e da preservação da natureza. Uma coisa não se contrapõe à outra. Não tem que escolher entre saúde e moradia, Tatá. A gente precisa dos dois. E tem dinheiro. A Prefeitura tem 35 bilhões em caixa. Dá para criar novos parques e ter moradia social. E também ter UBS e também ter

educação, porque o povo precisa de tudo. Não pode ser que nós, moradores, tenhamos que escolher entre uma coisa e outra. A gente precisa da casa, porque sem casa não tem saneamento. Sem saneamento, não tem saúde. A gente precisa de tudo.

Então vamos reivindicar o que é dinheiro público para construção de moradia social, para regularização fundiária, para mobilidade e também para parques e preservação das áreas verdes.

Obrigada, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Silvia.

Passo a palavra agora para a Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Bom dia para todas as pessoas presentes.

Agradeço à Comissão por me receber. Sou uma intrusa, eu vim da Comissão de Saúde, mas eu acho importante estar aqui nesta audiência. Queria agradecer também à população, que às 8 horas de um sábado, horário que na minha opinião não é o ideal para uma audiência pública, compareceu no dia de hoje e trouxe sua demanda.

Eu comentei isso no CEU Vila Rubi, e acho importante reforçar, assim como o que falou a minha companheira da Bancada do PSOL, Vereadora Silvia: a zona Sul é um mundo. Não tem condição de achar que fazer algumas audiências na zona Sul vai suprir a necessidade de discussão. A zona Sul é Parelheiros, é Marsilac, é Santo Amaro, é Sabará, é Vila Mariana, é muito diferente. Não tem condição de entender como uma região homogênea. Isso é muito importante.

Queria trazer para vocês um aspecto muito importante, porque eu sei que todo mundo sabe, mas nunca é demais reforçar. Esse Plano Diretor, que está sendo feito com mais de 50 audiências, espremidas em 40 dias, vai ter que passar pela votação dos Vereadores. O Sr. Prefeito Ricardo Nunes está colocando esse Plano, impondo, na verdade, uma série de mudanças ruins para a população, mas ele vai ter que passar pela Câmara Municipal. Os Vereadores têm que votar e, se não tiver maioria, não passa. Isso é muito importante lembrar para todos. Às vezes, parece que a Câmara Municipal aprova tudo o que Prefeito propõe, mas

não é assim pela regra, não é assim pela lei. E a gente tem que falar. Isso tanto em relação ao Plano Diretor quanto em relação ao uso do Fundurb para fazer recapeamento.

Tenho muito orgulho de dizer que a nossa bancada votou contrária, vamos obstruir até quando pudermos e peço a todos que conversem com seus vereadores, conversem com quem votou, conversem com gente da sua região, porque não precisa ser aprovado na Câmara Municipal de São Paulo a retirada de dinheiro para habitação social. Isso é muito importante. As coisas não estão dadas, têm que ser votada pela Câmara, que tem a função de representar o povo.

Queria dizer rapidamente também sobre essa questão que surgiu aqui hoje da preservação ambiental e movimentos de moradia. Eu vou falar uma coisa para vocês, gente, na minha opinião, o movimento social de moradia é o maior aliado que a preservação ambiental pode ter. Essa é a verdade.

- Manifestação do público.

A SRA. LUANA ALVES – O que acontece hoje, gente, é que as grandes medidas que prejudicam o meio ambiente, infelizmente, são levadas a cabo pelo Poder Público. Não é o movimento social de moradia que quer fazer uma hidrovia numa região de mata atlântica. Não é o movimento social de moradia que quer mudar o nome do PIU, de Projeto de Intervenção Urbana para Plano, para tirar a necessidade do estudo de impacto ambiental. Vocês sabiam disso? Dentro do Plano Diretor, o Prefeito está propondo mudar a nomenclatura – que não é uma mudança qualquer –, de PIU, de projeto para plano. O que essa nomenclatura dá? Tira a necessidade de fazer estudo de impacto ambiental.

Então não é o movimento de moradia que está fazendo isso. Infelizmente, é um governo que está atendendo os interesses dos grandes empresários da construção, da especulação imobiliária. São aliados. É importante que a gente saiba disso.

Queria dizer que, lá no extremo sul da zona Sul, a gente sabe que de fato existe uma questão de destruição do meio ambiente. Não é o movimento social que está fazendo isso. São grandes poderosos, gente que faz grilagem de terra, que não é gente pobre, não é gente

necessitada, não é a população negra, não é a população periférica... (Palmas) E que está conseguindo fazer o quer, porque não está sofrendo punição e porque tem também os seus aliados poderosos dentro das instâncias de poder. Essa é a verdade.

Por isso queria trazer esse recado para vocês. Eu tenho certeza de que nós vamos pensar uma forma de fazer luta e juntar a questão da preservação ambiental e do movimento de moradia, na necessidade de habitação, uma coisa está junto à outra. Acho que a FNL é um grande exemplo disso, que está propondo para a Prefeitura formas de habitações sustentáveis. Nem todo morar é da mesma forma. Nem todo mundo precisa morar do mesmo jeito. Há jeitos de morar de forma que não sejam tão agressivas, do ponto de vista ambiental. Há formas de morar que a gente consiga preservar o parque, que a gente consiga preservar a necessidade do meio ambiente.

Queria trazer para vocês essa reflexão, dizer que estaremos à disposição e pedir que, depois de passado o período das audiências públicas, todos e todas sigam mobilizados para que a gente consiga acompanhar como vai ser a tramitação desse projeto na Câmara. No momento em que acabarem as audiências públicas e o projeto for levado à primeira votação na Câmara, é o momento mais importante para todos estarem atentos, para todos os movimentos aqui presentes estarem na Câmara, cobrando, falando com seus Vereadores, porque aí não vai ter mais audiência pública, mas vocês vão ter que estar na Câmara. Aquele será o momento da primeira votação e a gente vai ver que é possível fazer as modificações necessárias ou mesmo barrar um projeto que não tem a ver com o interesse popular. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Vereadora Luana.

Passo a palavra ao Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Bom dia a todos.

Nós, Vereadores desta Comissão, não viemos aqui com o objetivo de discursar, porque audiência pública tem o propósito de ouvir. Nós viemos aqui para ouvir os senhores, tanto é que nosso Relator, se não me engano, tem umas quatro ou cinco folhas em que ele anotou, o Presidente também, nós fizemos anotações. Este é o objetivo da audiência pública.

Quero apenas cumprimentar e agradecer a participação de todos, a contribuição do Não ao Corredor Sabará, do MRFU, do Terminal Mar Paulista, do FNL e a todos os moradores da região, dos bairros de Santo Amaro, Capela do Socorro, Cidade Ademar, Campo Limpo, Ipiranga, Jabaquara, M'Boi Mirim, Parelheiros e Vila Mariana.

Muito obrigado. É só isso, Sr. Presidente. Bom dia a todos. Obrigado pela participação. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Sansão.

Passo a palavra ao Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Pessoal, bom dia a todos que estão aqui num sábado de manhã, 8h da manhã, participando de mais uma das nossas audiências.

Logo no início o Presidente falou que é a 17ª, se não me engano, mas é a 17ª da Comissão de Política Urbana. Já tivemos diversas outras por todas as regiões da Cidade, inclusive duas delas no mesmo local, no CEU Parelheiros. Como bem disseram a Vereadora Silvia, a Vereadora Luana, o Vereador Sansão, nós temos não só a zona Sul, mas cada uma das regiões da cidade com bairros e distritos muito diversos uns dos outros. Por isso estamos realizando 55 audiências públicas nesse processo, além das que o Executivo também realizou, exatamente para isso que viemos fazer hoje, para ter a contribuição de cada pessoa que falou, de cada movimento que foi representado.

Fazendo um resumo muito breve do que foi dito, alguns temas são temas que não só eu, como Relator, mas cada um dos Vereadores temos como prioridade nesse processo de revisão intermediária do Plano Diretor, que já tem nove anos de vigência, com a previsão de revisão intermediária desde 2014, que estava prevista para 2021, mas infelizmente, por diversos motivos, foi adiada. No ano passado o Executivo começou o seu processo participativo. E com vigência, claro, até 2029. Esses temas são, principalmente moradia, mobilidade, emprego, renda e meio ambiente saudável e sustentável.

Vimos a mobilização que tem sido feita pelo Não ao Corredor Sabará, projeto que vai desde o início, no terminal hidroviário; também teve manifestação, mobilização do pessoal do

Mar Paulista. O que tem garantido, e já temos discutido com o Executivo, é a melhoria e o aprimoramento do projeto inicialmente apresentado, não só na questão das desapropriações, mas também uma remodelação do que foi apresentado.

Temos defendido a requalificação da Sabará e não a forma como foi apresentado inicialmente. Já há uma atualização do projeto. Também, no que for possível, não afetar a região do Mar Paulista. Vocês sabem do investimento que até nosso mandato fez lá. Inclusive, temos uma das fotos que a Sandra, que está sempre em contato comigo, tirou ali da praça; nós temos investido sempre ali, então sabemos da necessidade e da importância que tem o Mar Paulista para a nossa região. E a mesma preocupação do pessoal do Terminal do Jardim Miriam.

Nos dois casos, assim como todos os outros casos que têm algum impacto como o de vocês, não foram realizadas ainda as audiências públicas, mas serão realizadas. É obrigação não só do Executivo, mas do Legislativo também participar e dar total publicidade a tudo que for feito. Não há ainda nenhum dos dois projetos definitivos, por isso ainda não foram realizadas as audiências. Mas vocês tenham certeza, e eu não tenho dúvida, de que cada um dos Vereadores que estão aqui têm esse compromisso de, além de realizar, participar dessas audiências.

Uma das questões apontadas foi a Lei de Uso e Ocupação do Solo, a famosa Lei do Zoneamento. Essa lei foi encaminhada, foi dada publicidade ontem, se não me engano, pelo Executivo, dessa revisão. Tanto o pessoal da Vila Mariana como o Sérgio, da Vila Cordeiro, colocaram e essa preocupação também é nossa. Nós aprovamos um requerimento na Comissão de Política Urbana para que fosse enviado e discutido logo após a aprovação e sanção do Plano Diretor, que a Lei de Uso e Ocupação complementa, para colocar em prática o que estamos discutindo do Plano Diretor.

A questão do meio ambiente, com certeza, a questão de qualificar os parques, os planos de drenagem, garantir o uso direcionado dos fundos para a questão da drenagem; as compensações ambientais também, já que muito se falou aqui da questão das empresas, do privado, mas que sejam utilizadas de forma adequada nas suas compensações aos movimentos de moradia. Tenho conversado muito com os Vereadores que nós precisamos, e já temos

algumas previsões, da destinação dos recursos dos fundos de moradia para efetivar as moradias, em parceria com as entidades. Também garantir o uso na regularização fundiária e não reurbanização.

Isso nós temos discutido aqui tanto com o PSOL como com o PT, mas também com as outras bancadas da base, para inovarmos na questão da locação social. Todo mundo reclama do aluguel social. Realmente, eu estava até falando com a Luana, não há nenhuma garantia de aluguel com o valor que é pago pelo aluguel social. A questão da locação social, para tornar realidade a efetividade dessa locação.

Alguns comerciantes estiveram aqui conversando sobre direito adquirido, direito de protocolo, em que também temos trabalhado. Não daria para participar de todas essas audiências públicas sem ter esta audiência aqui em Santo Amaro, um local tão histórico para a Cidade, de cultura também. Temos inclusive um projeto, que está para ter as obras iniciadas, da manutenção do eixo histórico e cultural de Santo Amaro, então tem muita coisa que a gente conversa. A questão da preservação histórica e cultural também faz parte do Plano Diretor, e algumas pautas que foram colocadas, mesmo não fazendo parte diretamente da discussão que estamos fazendo da revisão intermediária do Plano Diretor, temos responsabilidade como Legislativo.

Os Vereadores que não conhecem, tanto a preocupação com o Corredor Sabará, quanto a questão do terminal no Mar Paulista, no Jardim Miriam, é muito importante que conheçam tudo isso, para que possamos qualificar a discussão e, com certeza, acompanhar, fiscalizar as medidas do Executivo. Nós traremos as atualizações. Como alguns falaram, eu tenho algumas reuniões marcadas com alguns movimentos, não só do Sabará; já tivemos também com o pessoal do Jardim Miriam e tantos outros com que temos o compromisso de acompanhar, fiscalizar e tirar, mitigar ao máximo qualquer uma das intervenções que sejam negativas em cada território da nossa cidade.

Pessoal, muito obrigado. Tenham a certeza de que nós levaremos em consideração tudo que anotamos não só nesta audiência pública, mas em tantas outras que estão

acontecendo. Também quero lembrar da participação, da possibilidade de participação no sistema virtual. Se não me engano, até um rapaz que fez uso da palavra fez a sua contribuição pelo *site* da Rede Câmara e todos os demais canais.

Agradeço a todo o pessoal que nos dá retaguarda, da secretaria da comissão, funcionários da Câmara, da Rede Câmara, do Teatro Paulo Eiró. Agradeço à Secretária Aline Torres, que cedeu. O Presidente vai agradecer. Eu acho que é isso, e me coloco à disposição de cada um de vocês. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Quero agradecer ao Sr. Geondes Antônio Silva, Coordenador do Teatro Paulo Eiró, pela organização do evento; aos técnicos Sr. Wilson e Sr. Alexandre. Muito obrigado por todo apoio.

Quero agradecer a presença de todos. Muito obrigado pela participação, pelas contribuições.

Como todos que me antecederam, para não ser redundante, reforço que o objetivo é justamente colher informações e contribuições de cada um de vocês, dentro da especificidade de cada bairro, para trazer um Plano Diretor que mais se aproxime do ideal de cada um. Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo para ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todos um ótimo dia e um ótimo final de semana.

Muito obrigado.